



**CÂMARA MUNICIPAL DE
SÃO PAULO**

SECRETARIA GERAL PARLAMENTAR
Secretaria de Registro Parlamentar e Revisão

COMISSÃO DE FINANÇAS E ORÇAMENTO

PRESIDENTE: JAIR TATTO

TIPO DA REUNIÃO: AUDIÊNCIA PÚBLICA.

LOCAL: Câmara Municipal de São Paulo

DATA: 23/11/2021

OBSERVAÇÕES:

- Notas taquigráficas sem revisão
- Manifestação fora do microfone
- Orador não identificado
- Intervenção simultânea ininteligível/inaudível
- Exibição de imagens

O SR. PRESIDENTE (Jair Tatto) – Bom dia a todos. Na qualidade de Presidente da Comissão de Finanças e Orçamento, declaro abertos os trabalhos da 34ª audiência pública desta Comissão do ano de 2021, nona temática aos projetos de lei: PL 669/2021, do Executivo, que estima receitas e fixa despesas no Município de São Paulo para o exercício 2022 – LOA; e PL 676/2021, do Executivo, que dispõe sobre o Plurianual para o quadriênio 2022/2025 – PPA.

Tema: Secretaria Municipal de Assistência, Fundo Municipal de Assistência Social e Secretaria Municipal dos Direitos Humanos e Cidadania.

Informo que esta reunião ocorre de forma presencial e virtual. É transmitida ao vivo, através do endereço www.saopaulo.sp.leg.br/transparencia/auditoriosonline, pelo YouTube e Facebook da Câmara Municipal de São Paulo.

Esta audiência vem sendo publicada no *Diário Oficial da Cidade*, desde o dia 21/10/2021; foi publicada nos jornais *Agora*, em 22/10/2021 e *Folha de São Paulo*, em 23/10/2021, 25/10/2021 e 08/11/2021.

As inscrições para pronunciamentos foram previamente abertas no *site* da Câmara Municipal de São Paulo, desde o dia 22/10/2021 no endereço www.saopaulo.sp.leg.br/audiencia/publicavirtual e, neste momento, presencialmente, junto à Secretaria desta Comissão. As demandas podem ser entregues à Secretaria da Comissão ou encaminhar sua manifestação por escrito por meio do formulário disponível em www.saopaulo.sp.leg.br/orcamento2022/participe-ppa-orcamento2022 ou pelo *e-mail* financas@saopaulo.sp.leg.br.

Informo que todas as audiências públicas realizadas por esta Comissão poderão ser acompanhadas pelos canais digitais ou presencialmente nos locais previamente agendados, divulgados, onde o acesso do público em geral à Câmara Municipal de São Paulo será permitido mediante o uso obrigatório de máscaras, aferição obrigatória de temperatura e segundo o cronograma vacinal municipal, apresentação de comprovante de vacinação ou relatório médico que justifica óbice à imunização, conforme o artigo 2º do Ato nº 1504 de 02 de março de 2021, alterado pelo Ato 1523 de 20/10/2021.

Amanhã, dia 24 de novembro de 2021, realizaremos a segunda audiência pública geral do Orçamento 2022 e PPA 2022 a 2025, a partir das 10hs no Salão Nobre João Brasil Vita, 8º andar e pelo auditório virtual.

Tema: Secretaria Municipal da Fazenda e Tribunal de Contas do Município de São Paulo. Foram convidados para esta audiência a Sra. Ana Claudia Carletto, Secretária dos Direitos Humanos e Cidadania, acompanhada do Sr. Giovanni Seno, Chefe de Gabinete; Sr. Carlos Alberto Bezerra Jr., Secretário de Assistência e Desenvolvimento Social, acompanhado das Sras.: Mariana Brito, Ana Luiza Padilha e dos Srs. Marcio Adriano de Paula e Luiz Pombo; Vereadores da Câmara Municipal de São Paulo e a sociedade geral.

Temos a presença de forma *on-line* da nobre Vereadora Luana Alves, e da Vereadora Juliana Cardoso, presencial, e da sociedade em geral. Informo que a Secretaria Municipal da Fazenda está representada pelo Sr. Samuel Ralize de Godoy.

Na apresentação da Sra. Secretária, abrimos as inscrições presencial. Quero agradecer as presenças da Sra. Secretária e do Sr. Secretário. É um fato inédito Secretários comparecerem. Muito obrigado.

Presente o nobre Vereador Eduardo Matarazzo Suplicy, de forma *on-line*.

Passo a palavra à Sra. Ana Claudia Carletto, Secretária Municipal dos Direitos Humanos e Cidadania.

A SRA. ANA CLAUDIA CARLETTO – Bom dia a todos. Sr. Presidente, muito obrigada pelas palavras. Meu querido companheiro de Secretariado, colega Carlos Bezerra; nobre Vereadora Juliana Cardoso, sempre defensora dos Direitos Humanos, direitos das mulheres, é um prazer tê-la aqui também; Vereadores que nos acompanham *on-line*; pessoas que nos acompanham *on-line* e aqui.

Fiz uma exposição bem rápida, até porque acho que o principal é respondermos as perguntas sobre o Orçamento da pasta de Direitos Humanos e Cidadania para o próximo exercício de 2022.

- Apresentação de *slides*.

A SRA. ANA CLAUDIA CARLETTO – Este é um roteiro rápido da apresentação.

Temos, no primeiro *slide*, a evolução do orçamento.

Próximo. Aqui mostra um pouquinho a evolução do orçamento da pasta de Direitos Humanos de 2019, 20, 21 e 22. De 2019 para 2020, esse aumento mais considerável é em decorrência da transferência dos Conselhos Tutelares para a Pasta de Direitos Humanos. Lembrando que o orçamento hoje, gerenciado pelos conselhos, representam uma média de 33% total do orçamento, da pasta de Direitos Humanos. Lembramos que temos uma série de equipamentos. Direitos Humanos compreende os equipamentos da rede enfrentamento à violência contra a mulher, centros de promoção de igualdade racial, agora inauguramos um centro móvel para Pop Rua e o CRAI, que é o Centro de Referência de Apoio aos Imigrantes. Para além de todos esses equipamentos, o que já temos, os conselhos tutelares é o que representa o nosso maior orçamento.

Do ano passado, 2021 para 2022, esse incremento de 17% no nosso orçamento representa, em boa parte, um aumento que nós colocamos também com relação aos conselhos tendo em vista sua manutenção. Como houve a centralidade da contratação dos prestadores de serviços, temos aí: segurança patrimonial, o serviço que faz as reformas, a contratação de recepcionistas, carros, motoristas. Esse incremento de 17%, em boa parte, é dos conselhos e também com a passagem da gestão da Casa da Mulher Brasileira, que até então era um repasse de orçamento federal, passa a ser custeado, integralmente, pelo Município de São Paulo. Basicamente são esses dois os grandes carros-chefes que puxam o aumento do orçamento.

Próximo *slide*, por favor. Agora vamos mostrar um pouco por temática, próximo *slide*.

Com relação à administração, temos curso de 33 milhões, também tem um aumento por conta do gerenciamento dos conselhos, os Conselhos Tutelares, como vocês podem ver, são 45 milhões de reais previsão para 2022; a Ouvidoria de Direitos Humanos quase 800 mil reais; o Procon Municipal, que também nesse ano passou da Secretaria de

Justiça para a Secretaria de Direitos Humanos e Cidadania, veio com o orçamento de 302 mil reais, Tique, que é a Divisão de Tecnologia e Informação, para a gente conseguir fazer a implementação de novos computadores, até por conta dos formatos híbridos das reuniões, consideramos um aumento de 7 milhões de reais. Os equipamentos da coordenação de política para as mulheres, e aí que eu falei que também vem um grande carro-chefe com 23 milhões de reais, perto de quase 8 milhões de reais só para a Casa da Mulher Brasileira. A coordenação de políticas para pessoa idosa no município 1,5 milhões de reais; povos indígenas, que é uma coordenação nova Copinge, com 160.000; a divisão de pessoas desaparecidas, 179 mil; coordenação de política para imigrantes, 2 milhões e 700 mil; DMV, que é o Departamento de Memória e Verdade, é um departamento muito importante que inclusive cuida da questão das ossadas de Perus segue com 200 mil, até por conta de a gente conseguir fazer um memorial em Perus; coordenação de juventudes, com 420 mil reais; coordenação LGBTQ+, com 5 milhões e 719 mil reais, esse valor reflete muito no programa Transcidadania e os quatro centros de coordenação; a coordenação de política de álcool e drogas são 140 mil reais; a coordenação de política de promoção de igualdade racial, que são os nossos oito centros inaugurados, ao longo desse ano, em parceria com a Secretaria da Cultura, com quase 3 milhões de reais e a coordenação de população em situação de rua, com 4 milhões e 100 mil reais.

Próximo *slide*, por favor. Aí é um pouco sobre as ações que estão vinculadas a esse Orçamento. São 23 milhões para a Casa da Mulher Brasileira e a manutenção dos equipamentos da rede. Direitos humanos tem nove equipamentos de portas abertas, mais dois acolhimentos: um sigiloso e um de passagem. LGBTQ+, como eu já tinha falado, 6 milhões para o Programa Transcidadania. O Programa Respeito tem nome, é um programa que prevê que a Prefeitura possa custear a troca de nome, a validação do nome social nos cartórios, sabemos que muitas pessoas não conseguem arcar com esse custo, acaba sendo alto, dependendo da quantidade de certidões que você tenha que tirar. E a manutenção dos equipamentos da rede de serviços são os quatro centros de cidadania.

Próximo *slide*, por favor. A Coordenação de Promoção da Igualdade Racial, que é a Seppir, temos a manutenção dos oito equipamentos da rede e a promoção da premiação e de toda a execução do selo de igualdade racial, selo que fizemos a primeira premiação ontem, durante a primeira Expo, no Dia da Consciência Negra, no Anhembi. Foram premiadas 30 empresas que conseguem comprovar que cumprem a cota de 20%, mas não só cumprir a cota, tem de também comprovar para municipalidade de que essa cota está totalmente dividida em todos os cargos, em especial, o cargo de chefia, quanto maior o cargo de chefia para a pessoa negra, tem uma pontuação maior para conseguir o selo.

Pessoas em situação de rua, Coordenação de Pessoas em Situação de Rua, com 4 milhões, aí a manutenção do equipamento, agora temos o centro móvel, centro de referência móvel, que um ônibus que tem rodado a cidade para conseguirmos prestar o atendimento, fazer os encaminhamentos necessários, um equipamento importante que temos feito junto com a Assistência, é um trabalho bem importante. Estivemos na Praça Princesa Isabel onde tem um número bem considerável de pessoas em situação de rua para conseguir atender e fazer os encaminhamentos necessários. Também tem os programas que é o Recifran e o Reviravolta, que são programas que atuam também com catadores e que também promovem uma inserção, geração de renda e inserção profissional. E o Prêmio 19 de Agosto, que estamos para premiar agora.

Próximo *slide*, por favor. Coordenação de Políticas para Pessoas Idosas, 1,5 milhões, aí a manutenção dos equipamentos, na verdade, nós temos o polo da pessoa idosa que agora vai se tornar um centro de referência para a pessoa idosa, ali na região do Cambuci, já deve estar possivelmente até o final do ano, o próximo ano isso já deve ser inaugurado, reabrimos o polo, no final do ano, lançamos um plano intersectorial de política para pessoa idosa. Então, temos uma série de metas para cumprir também. A Casa Segura e Acessível é fazer um protótipo dentro do Polo do Idoso do que seria essa casa, uma parceria com a Smped porque sabemos tanto a pessoa com deficiência, quanto a pessoa com mais de 60 anos, começa a ter dificuldades de mobilidade, e essa Casa Segura e Acessível é muito importante

para ser um exemplo de que as pessoas possam replicar dentro das suas residências. Sabemos que o grande motivo de óbito, um dos maiores motivos de óbito da pessoa idosa, acaba sendo com queda. Então, uma forma de você garantir, prevenir, é exatamente replicar esse modelo.

Na Coordenação de Juventudes são 410 mil. É a Semana da Juventude e o Papo Reto, que também é uma política pública que nós gostaríamos de ter implementado por conta da pandemia não conseguimos, mas consiste muito de a gente organizar por Subprefeituras grupos de jovens que possam debater a questão da política de juventude com a realidade da sua região. É muito importante, a gente sabe que a cidade de São Paulo é completamente imensa e que você tem realidades socioeconômicas e culturais muito diferentes, dependendo da região. Parelheiros é diferente de Perus, Cidade Tiradentes seguramente é diferente de Butantã, e entender essas realidades acaba por aprimorar as políticas públicas para a cidade.

Próximo. A Ouvidoria de Direitos Humanos temos em oito Descomplicas, numa parceria que fizemos junto com a SMIT, a ideia é que a gente possa ampliar para que todo ponto onde tenha um Descomplica consigamos também ter um ponto de Ouvidoria de Direitos Humanos, para além do ponto fixo que fica ali na Dr. Falcão, que é o nosso. Central da Ouvidoria.

A Divisão de Localização de Familiares e Pessoas Desaparecidas, o que temos feito muito com muito sucesso são campanhas, em parceria com o Metrô de São Paulo, com a própria SPTrans, outros parceiros incríveis para conseguirmos localizar as pessoas desaparecidas da nossa cidade. É uma política pública importante, é um trabalho de formiguinha, mais que fundamental, em especial, quando você tem uma pessoa desaparecida na família. Quem passou por isso sabe da agonia que é. Um dos trabalhos da Secretaria de Direitos Humanos, Secretário Bezerra, que pouca gente conhece, mas é um dos trabalhos mais impactantes que eu vejo, que é não deixar ninguém para trás de verdade, é procurar e dar alento para as famílias.

Próxima tela, por favor. Conselhos Tutelares temos 45 milhões de reais, que a

manutenção dos conselhos, os contratos de pessoas jurídicas, no que tange a segurança, a limpeza, a recepção, a questão das locações também tem sido um valor que tem impactado no Orçamento. Temos alguns conselhos, aliás, vários conselhos, ao longo desse ano, fizemos a mudança de localização, até por conta, às vezes, dá condição predial onde estava não serem muito boas, às vezes, por questão de localização. Então, temos feito esse trabalho em conjunto com os órgãos colegiados, até pedindo para que eles procurem os espaços que consideram adequados, desde que caiba dentro do que preconiza, Vereadora Juliana, o nosso referencial de locação. E isso é dado por Siurb, por território, a gente tem feito essas locações. E o serviço de transporte, carros, e tudo mais.

Próximo item, por favor. Aí, há o, há o Procon, com 302 mil reais. A Coordenação de Povos Indígenas, com um Orçamento realmente pequeno; na verdade, são ações voltadas para a promoção do Agosto Indígena, em que tivemos várias ações em 2020; e políticas, programas e ações voltadas para os povos indígenas. Fizemos agora, em final de outubro, a eleição do Conselho de Povos Indígenas também, que vai nos ajudar no direcionamento do recurso.

(Imagem) Coordenação de imigrantes e promoção de trabalho decente: manutenção dos equipamentos da rede de serviços, que é o CRAI, que fica na Rua Major Diogo, que é um serviço referenciado, de excelência, que serve, inclusive, de inspiração para outras cidades e países. Recebemos recentemente o Alto Comissário do Acnur elogiando o serviço e também inauguramos o CRAI Móvel no começo do ano de 2020, entendendo que ter uma unidade móvel para também poder rodar as regiões de São Paulo seria importante para conseguirmos fazer o atendimento e encaminhamento da população migrante. E não menos importante, o Programa Portas Abertas, que oferece português para imigrantes, feito por meio de uma parceria com a Secretaria da Educação. Estamos em nove escolas fazendo essa aula ensinando português para os migrantes, pois sabemos que uma das principais barreiras para eles é a língua. Então, trabalhando na derrubada dessa barreira, nós conseguimos incluí-los de maneira mais adequada.

Por fim, a Coordenação de Álcool e Drogas, que fica também vinculada à Coordenação, obviamente com toda a sua autonomia, do Comuda, que também atua no Programa Redenção. E aqui há um Orçamento específico para poder fazer as políticas ou o que a gente consegue fazer em conjunto com o Comuda para determinar de política pública que esteja ao alcance da Secretaria de Direitos Humanos.

(Imagem) Para finalizar, vou falar um pouquinho dos fundos municipais. O Fundo Municipal para Idosos - FMID é um fundo novo. Em 2021, finalizamos esse fundo com 5 milhões e 434 mil reais. Esse valor já está aplicado, estamos assinando os primeiros termos de fomento, com edital publicado também em 2020, com execução em 2021, que versava bastante sobre o enfrentamento ao Covid-19 para a população idoso. Agora, para 2022, temos previsão de 17 milhões e 303 mil reais, lembrando que, para os fundos, o mês de dezembro é o mês mais fundamental, que é quando as empresas fazem a doação ao Fundo, que é referente ao ano fiscal daquele ano. Então, em dezembro de 2021 seguramente teremos um aporte bem interessante de recursos nos dois fundos.

Também temos o Fumcad. Em 2021, tínhamos 58 milhões e 796 mil reais; e para 2022, 68 milhões e 952 mil reais. Lembramos que esse é um dinheiro que chamamos de “não vinculado”, porque, na conta dos fundos, costuma-se ter um valor a mais – acho que o Fumcad deve estar próximo a 180 milhões -, mas são recursos já vinculados a projetos que já foram apresentados segundo os editais já publicados. Então, sempre dependemos de que as entidades entreguem as documentações, e isso acaba atrasando um pouco na parcerização. Mas esses são os recursos que nós temos livres. Tivemos a publicação de um edital do Fumcad agora em julho, agosto de 2021; temos ideia de publicar outro edital porque entendemos que quanto mais conseguirmos parcerizar e ter projetos que atendam crianças 5e adolescentes em todas as regiões da Cidade, é melhor para a política pública municipal.

Acho que esse é o meu último *slide*, e coloco-me à disposição para as demais perguntas. Muito obrigada, muito bom dia.

O SR. PRESIDENTE (Jair Tatto) – Obrigado, Secretária. Até para diminuir a

ansiedade, basicamente o que eu vejo aqui, Vereadora Juliana – que tão bem acompanha a luta pelos Conselhos Tutelares -, basicamente houve um reajuste no Orçamento para os Conselhos. Ou seja, de 36 milhões e 113 mil, vai para 45 milhões e 384 mil reais; 9 milhões e 250 mil reais a mais. Já fica o registro de que a Comissão Permanente pleiteia um reajuste que desde 2016 não há. Eu só quero fazer essa observação, porque haverá uma enxurrada de inscrições. O que há de concreto, baseado no que já recebemos de reivindicações, são 9 milhões a mais nos Conselhos. É isso? Não sei. Depois, a Secretária vai dizer – ou já me diz imediatamente – se envolve reajuste salarial em cima desse valor a mais.

A SRA. ANA CLAUDIA CARLETTO – Não, porque quando a peça orçamentária foi enviada para a Casa Legislativa, no final de setembro, nós ainda não tínhamos recebido o pedido de reajuste pelo Executivo. E se vier, vai vir de incremento ao aumento que houve, dos Conselhos Tutelares.

O SR. PRESIDENTE (Jair Tatto) – Não consta dentro desse valor a mais para os Conselhos, segundo a Secretária – já para podermos entender – a questão do reajuste. É isso que a Secretária coloca.

A SRA. JULIANA CARDOSO – Até porque, Jair, quando olhamos o ano de 2021, o que foi orçado e o que foi gasto, foram pensados 36 milhões, mas o que foi gasto até agora foram 19 milhões somente, 54,5% do valor que ser gasto com Conselho Tutelar, e já estamos chegando ao mês de dezembro. Tudo bem, aumentou, é isso o que precisamos, o que queremos; mas vai ser igual o Orçamento deste ano, em que se gastará somente 54%? É isso.

O SR. PRESIDENTE (Jair Tatto) – Do liquidado. Feitas as observações. Lembro-me do último reajuste, e inclusive a criação do vale-alimentação foi por meio de um projeto de lei. Acho que esse projeto de lei continua. Assim como com o funcionalismo, há o 0,001%, segundo me contaram, aumenta 1 real. Ou seja, para não derrubar o projeto. É isso. Então, temos um projeto instruído para que possa haver... Então, Secretária, não há desculpa de melhorar (risos). Só estou fazendo essas observações, porque às vezes as pessoas se inscrevem e já se sentem contempladas com a explicação.

Mantêm-se as inscrições abertas.

O SR. EDUARDO MATARAZZO SUPLYCY – V.Exa. me inscreve?

O SR. PRESIDENTE (Jair Tatto) – Sim. Aguardaremos apenas o nosso nobre colega Vereador para sua exposição. Mantêm-se as inscrições abertas para o público que chegou depois lá embaixo, por conta da demora.

Secretário e querido colega Vereador, Carlos Bezerra Jr.

O SR. CARLOS ALBERTO BEZERRA JR. – Muito bom dia a todos e a todas. Faço um cumprimento especial ao Presidente desta Comissão e desta sessão nesta manhã, Vereador Jair Tatto.

Eu estava lembrando que tive a honra de trabalhar com todos os irmãos Tatto. Com o Presidente desta sessão, neste momento. No primeiro mandato, com o Vereador Arselino, que segue Vereador, e também com o Secretário de Transportes Jilmar Tatto. Depois, quando fui Deputado, com o Deputado Ênio Tatto. Então, só não tive a honra de trabalhar com o Nilto. Quem sabe um dia chegamos lá. Enfim, quero dizer da alegria de estar nesta sessão, de voltar a esta Casa. Cumprimento o Vereador Tatto, Presidente desta sessão. Cumprimento a Vereadora Juliana, querida, guerreira, batalhadora. Cumprimento a minha colega de Secretariado, duplamente pelo trabalho.

O SR. PRESIDENTE (Jair Tatto) – Vereador Marcelo Messias também presente *on-line*.

O SR. CARLOS ALBERTO BEZERRA JR. – Cumprimento os Vereadores Marcelo Messias e Eduardo Matarazzo Suplycy, que estão *on-line*. Cumprimento duplamente a Sra. Claudia Carletto, minha colega de Secretariado, pelo trabalho que realiza e pela apresentação que realizou. Cumprimento enfim cada um dos senhores que estão aqui nesta manhã, prestigiando essa reunião.

Agradeço a participação da população, inclusive aqui, de forma presencial. Agradeço a Vereadora Luana Alves, presente também *on-line*. Agradeço todos que participam tanto presencialmente quanto de forma virtual. Agradeço os movimentos sociais, as

organizações parceiras da SMADS, os servidores e trabalhadores da rede socioassistencial e todos os Vereadores presentes.

Quero fazer um destaque a todos os membros da minha equipe, da secretaria, que estão aqui. Eu fiz questão que viessem a essa apresentação. Está aqui o meu Secretário Adjunto, Sr. Décio Matos; a Sra. Denise Gonçalves, coordenadora de Orçamento e Finanças; os Srs. Marcio e Mariana, analistas com foco orçamentário da SMADS; Luciana, a Lu, coordenadora de comunicação; Luiz, Ana e Fátima, da Assessoria Técnica.

Enfim, feitos aqui todos os agradecimentos, queria aqui fazer uma breve apresentação. Eu vou fazer um brevíssimo histórico. Eu assumi a SMADS há cerca de 30 dias. Por isso que eu estou dizendo que eu, com alegria, volto a esta Casa. Sou Vereador desta Casa, no exercício de mandato. Licenciei-me para assumir a SMADS. Tenho uma longa ficha de serviços prestados dentro do serviço público. Fui, por três vezes, Vereador e estou agora no meu quarto mandato. Fui duas vezes Deputado Estadual. Na última legislatura, como Deputado Estadual, fui, durante quatro anos, Presidente da Comissão de Direitos Humanos. Fui Secretário Municipal de Esportes nos anos de 2019 e 2020 na gestão Bruno Covas. E agora, a convite do Sr. Prefeito Ricardo Nunes, assumi a Secretaria Municipal de Assistência e Desenvolvimento Social há 30 dias.

Eu trouxe para V.Exas. uma apresentação da peça orçamentária da SMADS. Lembro que o resultado que nós temos dessa peça orçamentária é fruto também da participação da população em seis encontros, que foram realizados agora, na Casa Verde, na Vila Maria, na Vila Guilherme, na Capela do Socorro, em Santo Amaro, no Butantã e em Ermelino Matarazzo. Então, foram muitas contribuições que estão contempladas nessa peça orçamentária, a partir da participação popular, nesses encontros.

Próximo ponto. A estrutura dessa apresentação, que é bastante sintética e simples, que trouxe para V.Exas., divide-se no histórico do orçamento da SMADS, a proposta socioassistencial, a rede e como se distribui esse orçamento na rede socioassistencial propriamente dito.

Próximo ponto. Aqui a gente vê a seria histórica de evolução do orçamento da SMADS entre os anos de 2017 até 2021 e 2022. A gente vê os dois primeiros anos, 2017 e 2018, que foram anos de contingenciamento. Em 2019, há o patamar orçado de um milhão, duzentos e noventa e oito. Aí a gente vê que há um grande aporte orçamentário, nos anos de 2020 e 2021, na SMADS. Isso faz essa diferença, que salta de um milhão, duzentos e noventa e três para um milhão e oitocentos e noventa e quatro; e de um milhão, trezentos e cinquenta e três para um milhão, novecentos e setenta e três; por causa da renda básica emergencial, que foi votada aqui nesta Casa, que foi aplicada em três parcelas, e que agora, como estamos chegando ao fim da pandemia, não mais se aplica.

Próximo ponto. Temos então a nova realidade da proposta de 2022, que é de um milhão, quinhentos e sessenta e quatro. Se a gente observar, de 2021 para 2022, a gente tem um aporte em torno de 15% de acréscimo no valor orçamentário dessa proposta.

Próximo ponto. Aí é importante destacar as fontes de recursos, de como se compõe o orçamento da Secretaria Municipal de Assistência e Desenvolvimento Social; e os aportes de recursos, em 2021; 90,7% dos recursos são oriundos de fontes municipais, 3,6% de recursos estaduais e 5,7% de recursos federais. V.Exas. vão notar que para proposta de 2022, já seguindo também uma tendência daquilo que aconteceu, neste ano, há uma diminuição significativa do repasse de recursos federais, que já também repercutiram com o impacto, especialmente no atendimento da rede básica, porque a gente cai de 5,7% de recursos federais para 4,2% de recursos federais previstos para o próximo ano. É claro que isso tem um impacto no nosso atendimento, havendo uma previsão necessária, sendo necessário um aporte suplementar de recursos municipais a serem aportados.

Quanto ao detalhamento da proposta, para rede parceiros, compromissos vigentes que nós temos, para a rede parceira atual, um milhão e trinta e oito, quinhentos e cinquenta e oito ponto zero sessenta e dois. Quanto a contratos administrativos, que sustentam essas parcerias todas que perfazem esses, um milhão e trinta e oito. Distribuem-se em 1.300 parcerias, que são hoje mantidas hoje pela Secretaria Municipal de Assistência e

Desenvolvimento Social, que são mantidos, que são estruturados por esses duzentos e quatro mil, trezentos e três, quatrocentos e sessenta e nove mil reais, que são os contratos administrativos. Os custos de pessoal perfazem noventa e três mil, duzentos e trinta e um ponto quatrocentos e sessenta e sete, que perfazem um total de um milhão, trezentos e trinta e seis ponto zero noventa e dois e novecentos e noventa e oito reais.

Próximo ponto. Novas ações previstas: Há um total na previsão. Como há um novo aporte que V.Exas. viram, há um aporte maior, de 228 milhões, dos 15% a mais previstos no orçamento. Nesses 228 milhões, nesse aporte, estão previstas as seguintes novas ações: O Programa Renda Mínima, com aporte de vinte milhões, cento e trinta e nove ponto cento e doze.

Para os cartões de alimentação e emergência, são sete milhões, duzentos e trinta mil, trezentos e setenta e dois, que depois a gente pode, no debate, especificar um pouco mais. Para benefícios eventuais e cestas básicas, passagens e outros, há uma previsão de nove milhões, trezentos e vinte e um mil e seiscentos. Para insumos para atendimentos em situações de emergência, que são muito comuns, em situações de incêndio, situações de enchentes e quando é necessário, fazem a distribuição de colchões e cestas básicas de emergência e *kits* de higiene, há uma previsão de sete milhões, setecentos e quarenta mil reais.

Novos contratos administrativos, *containers*, limpeza, veículos de SEAS, 22.445.201,00; e apoio às atividades do Comas: 290.912,00, entre elas, a previsão também já no apoio das atividades do Comas que eram um pleito antigo dos conselheiros, há previsão também de vale-transporte e vale-refeição.

Próximo, por favor. E aí também a expansão e qualificação da Rede Socioassistencial. Estão previstos 800 de acolhida e centros de acolhida especial para pessoas em situação de rua; 3 Centros Dia para Pessoas com Deficiência e, aqui, os valores previstos: 2 milhões; 3,5 milhões; dez novas repúblicas; 6 Centros Dia para Idoso; 4 Residências Inclusivas; 2 Instituições de Longa Permanência para Idoso; 5 Centros de Convivência Inter-

relacionais; 3 Núcleos de Convivência para Adultos em situação de rua; 15 Núcleos de Convivência de Idosos; 3 Serviços de Proteção Social às Crianças e Adolescentes Vítimas de Violência; 2 Centros de Referência Especializados de Assistência Social; um Serviço de Acolhimento Familiar. Esses são os serviços previstos na expansão da rede para o próximo ano.

Seguinte por favor. Ainda na Expansão e Qualificação da Rede Assistencial, aqui está previsto como custos, os aditamentos de SASF, RH e Centros de Acolhida; verbas de implantação para serviços; aquisições para a rede; locação de imóveis para equipamentos e serviços da rede socioassistencial; impacto das implantações previstas para o segundo semestre; disponibilização de vagas em caráter emergencial para o Plano de Operações de Baixas Temperaturas do exercício de 2022.

Vocês sabem que sempre que há momentos de baixas temperaturas na Cidade, há sempre que haver uma previsão orçamentaria para acontecer uma estruturação de novos espaços de emergência para acolher especialmente a população em situação de rua. Há adequações a serem feitas, por exemplo, quando eu era Secretário de Esportes, nós fizemos uma parceria inédita entre a Secretaria de Esportes e a Secretaria de Assistência Social, quando nós adequamos quatro clubes municipais, com seus vestiários, que acolheram a população em situação de rua, e foram criadas 250 novas vagas emergenciais para esse período de baixas temperaturas. Então isso é para dar o exemplo de como funciona esse tipo de gasto, esse tipo de disponibilização de vagas nas operações de baixas temperaturas.

Tem mais algum *slide*? (Pausa)

Ainda na Rede Socioassistencial, a proteção básica, só para vocês saberem como se dá a distribuições de recursos, na Proteção Social Básica temos 735 equipamentos que equivalem a 58,5% dos equipamentos; 164.570 vagas; o custo mensal é de 42 milhões, que equivale a 45% do custo.

A Proteção Social Especial: 521 equipamentos; 41,5% dos equipamentos; 27% das vagas, são 60.952 vagas e 51 milhões de custo mensal, que é 55% do custo.

E aqui o total de equipamentos: 1.256; o total de vagas, 225.552 vagas; e o custo mensal de SMADS 93.772.276,45.

Passo o próximo por favor. (Pausa) Ok, obrigado.

Só duas coisas que são importantes de destacar, no final: há dois fatos importantes acontecendo, nós antecipamos, pela lei, pelas diretrizes nacionais, pelo Programa Nacional da População em Situação de Rua, nós deveríamos fazer o Censo da população de rua no ano de 2024. Mas, por uma determinação da Gestão Covas-Nunes, nós antecipamos esse Censo que está sendo realizado agora e que deve ter seus resultados divulgados no primeiro trimestre do próximo ano.

E por que nós fizemos essa opção? Porque nós estamos avançando e saindo de um período de pandemia, logo nós sabemos que os maiores impactos dessa pandemia, seguramente, se darão sobre essa população, se darão sob o aspecto social nessa população mais vulnerável que é a população em situação de rua.

Então nós preferimos antecipar o Censo para que façamos um mapa, uma radiografia mais detalhadas dessa população, para que consigamos tipificar da maneira mais específica possível, mais detalhada possível essa população, suas demandas, suas necessidades, para que possamos, a partir dos dados que obtivermos, junto com os movimentos sociais, com o Ministério Público, e com o Legislativo, desenhar políticas públicas que, efetivamente, inovem e que nos ajudem no enfrentamento para esse problema que é hoje, sem dúvida nenhuma, o maior desafio da cidade de São Paulo. Sem dúvida um grande desafio. Nós vemos o crescimento da população em situação de rua a olhos nus. Esse, sem dúvida nenhuma, é o principal desafio hoje, o desafio social da Cidade e nós estamos nos preparando para enfrentá-lo da melhor maneira possível e para enfrentá-lo como prioridade. E vamos enfrentá-lo com inovação, como prioridade política, com transparência, com participação e escuta de todos os movimentos. E, sem dúvida nenhuma, trabalhando isso da forma mais participativa possível. Há que se fazer um esforço como nunca se fez nessa cidade para que possamos, de verdade, enfrentar esse problema. Essa é a primeira questão.

A segunda, uma boa notícia, para quem está aqui, que já vou antecipar. Em conversa com o Prefeito Ricardo Nunes falei também sobre a questão orçamentária, sobre o impacto financeiro da pandemia sobre as entidades conveniadas em SMADS. Houve um forte impacto sobre as entidades e há uma demanda grande com relação aos reajustes dos convênios. Há uma demanda importante, muita gente nos procurando e falando sobre isso. Procurei o Prefeito Ricardo Nunes por isso.

Ano passado houve um reajuste, não, esse ano houve um reajuste que foi feito em janeiro, exatamente, ano passado foi feito um reajuste em janeiro, e nós conversamos, eu e o Prefeito e eu falei da importância do momento que estamos vivendo, da gravidade do momento que estamos vivendo, a gravidade da situação que as entidades estão vivendo, e o Prefeito, absolutamente sensível a essas questões, ouviu e deu autorização - autorizou - que nós fizemos uma suplementação orçamentária e nós vamos fazer. Vamos publicar um reajuste de 5,5% - um reajuste linear - para todos os convênios sobre o valor bruto dos convênios realizados com SMADS para todas as nossas entidades, o qual passa a valer a partir deste mês, tendo valor retroativo a partir de julho desse ano.

Eu acho que isso é um avanço importantíssimo, que traz um alívio significativo para as entidades e que acontece de maneira inédita porque deveria acontecer no próximo ano. E nós estamos nos antecipando em, pelo menos, três meses, em respeito às entidades e com sensibilidade em relação à nossa população.

Era isso, então, que eu queria antecipar para vocês, em primeiríssima mão.

A SRA. JULIANA CARDOSO - Cinco vírgula quanto?

O SR. CARLOS ALBERTO BEZERRA JR. - Cinco, vírgula cinco por cento.

A SRA. JULIANA CARDOSO - Retroativo a partir de julho?

O SR. CARLOS ALBERTO BEZERRA JR. - De julho, num total de suplementação de aproximadamente 90 milhões? (Pausa) Sendo 31 milhões, de suplementação, já para esse ano. É isso gente. Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Jair Tatto) - Obrigado, Secretário, especialmente pela última

notícia. Cadê as inscrições? (Pausa) Conforme a nossa tradição aqui, uma lá, outra cá. E as inscrições se encerram neste momento.

O Vereador Suplicy aguarda algumas perguntas.

O SR. EDUARDO MATARAZZO SUP LIC Y – Sim.

O SR. PRESIDENTE (Jair Tatto) – O.k. Antes de seguir, agradeço aos intérpretes de Libras, Tiara e Élvio. Muito obrigado.

Tem a palavra o Demerson Augusto Sinezio de Souza. (Pausa) Cristiane Souza Oliveira. (Pausa) Maísa Sousa de Castro.

A SRA. MAÍSA SOUSA CASTRO – Presente, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Jair Tatto) – Tem a palavra por três minutos, Maísa.

A SRA. MAÍSA SOUSA CASTRO – Bom dia a V.Exa., Presidente Jair Tatto, ao Secretário Carlos Bezerra e aos demais Vereadores e Vereadoras. Meu nome é Maísa Castro e eu faço parte do movimento pela reabertura do Circo Escola da São Remo, assim como do movimento da CUBA - Comunidades Unidas do Butantã em Ação. Hoje estou aqui juntamente com os meus companheiros e companheiras de movimento para pedir a esta Comissão e para o Secretário da SMADS que apoiem a inclusão da emenda de dotação orçamentária para o edital de abertura das vagas do Circo Social na PLOA.

Há algumas audiências, nós falamos da necessidade da reforma no espaço. Nós precisamos desse serviço na PLOA – Projeto de Lei Orçamentária Anual do ano que vem para garantir essas vagas e para dar continuidade aos serviços antes prestados. O Circo Social da São Remo foi fechado em 2019 e deixou de atender a cerca de 300 crianças, que hoje se encontram em situações precárias, em extrema vulnerabilidade nas comunidades, nos bolsões periféricos da região Butantã/Rio Pequeno

O nosso movimento luta pelo apoio desta Casa e do Executivo pela inclusão dessa dotação na PLOA para manutenção desse serviço, que vai ser fundamental para a retomada da integridade dessas famílias, comunidades e populações.

É isso.

O SR. PRESIDENTE (Jair Tatto) – Obrigado, Maísa.

Inscreeveu-se para falar presencialmente o Leandro Alves de Lira. Tem a palavra por três minutos.

O SR. LEANDRO ALVES DE LIRA – Muito bom dia a todos, todas e todes, aos membros da Comissão de Finanças e Orçamento desta Casa, aos membros da Comissão de Saúde e Promoção Social e ao Sr. Secretário. Meu nome é Leandro Lira e eu também sou membro do movimento pela reabertura do Circo Escola São Remo e da CUBA – Comunidades Unidas do Butantã em Ação.

Eu trouxe duas propostas de dotação orçamentária, uma que eu devo protocolar nesta Comissão, referente à dotação orçamentária para a reforma do Circo Escola, documento do qual eu já tratei no âmbito da audiência temática Subprefeitura e Obras. O outro documento, ao qual a Maísa se referiu, que é a solicitação de dotação orçamentária para a execução dos Serviços de Proteção Básica na modalidade Circo Social, implementação dessa modalidade na SAS Butantã, Distrito do Rio Pequeno, em terreno público cedido à SMADS, localizado na Rua Aquinaés, nº 13. A esse documento está anexada uma parte da devolutiva do Participe+, com pareceres técnicos, jurídicos e orçamentários favoráveis, nos quais também constam o compromisso da última gestão da SMADS pela reabertura do equipamento. No anexo do documento também consta ata de uma reunião que fizemos com a Sra. Berenice, que mostra, no seu parágrafo 10, linha 3, o compromisso da então Secretária com a reabertura do Circo Social em 2022 com 300 vagas, como era até o ano de 2020. Também consta de um trecho do anexo o estudo de impacto, no qual nós nos baseamos, do último edital que previa o Orçamento. É com base nesse estudo de impacto que nós estamos fazendo o pedido de dotação orçamentária.

Esse documento será protocolado e entregue para cada membro da Comissão.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Jair Tatto) – Obrigado, Leandro.

Inscritos de forma virtual: Katsue Hamada e Zenun. (Pausa) Geovana de Oliveira.

Tem a palavra por três minutos.

A SRA. GEOVANA DE OLIVEIRA – Bom dia a todas, todes e todos os presentes.

Saúdo o Presidente Jair Tatto, as Vereadoras Luana Alves e Juliana Cardoso, o Vereador Suplicy e o Secretário Carlos Bezerra, a quem agradeço a presença, já que, nas últimas audiências, nós não tivemos o privilégio de contar com a presença do Secretário.

Eu sou a Geovana, arte-educadora e, como eu trabalhei no Circo Escola São Remo, eu também faço parte do movimento de reabertura do Circo Escola e sou apoiadora do CUBA

Não quero repetir as questões que o Leandro e a Maísa já abordaram, mas reitero que nós reivindicamos e lutamos, desde o começo deste ano, pela reabertura do Circo, fechado desde o começo da pandemia, tendo deixado 300 crianças sem ter onde se alimentar no almoço, no café da tarde e, às vezes, até no café da manhã, sem ter a alimentação diária e básica do dia.

Como educadora, eu vou falar da minha experiência nesse equipamento que tem mais de 30 anos e que faz parte da história e da memória da comunidade da São Remo. É imprescindível que a gente consiga protocolar todos esses documentos e fazer as reuniões necessárias em prol do início da reforma e das 300 vagas do Circo Social e das 170 vagas do Cedesp para o ano de 2022.

Era isso. Muito obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Jair Tatto) – Obrigado, Geovana.

Inscreveu-se presencialmente a Maria Angélica Oliveira. Tem a palavra por três minutos.

A SRA. MARIA ANGÉLICA OLIVEIRA – Cumprimento os membros da Mesa e os demais presentes. Sou Maria Angélica, membro das Comunidades Unidas do Butantã em Ação e faço parte do Conselho Municipal de Segurança Alimentar, dialogando muito com as demandas que apareceram na proposta Orçamentária, que os Conselhos Participativos fizeram discussão população e a gente traz duas coisas importantes. Para quem não conhece, eu não

sou uma liderança comunitária, mas eu visto essa camisa e apresento esse material produzido com essas lideranças. Então, pontualmente, a gente está dialogando desde o dia 30 de julho junto a essas comunidades e negociando: Cidade Solidária, alimentação saudável e nutricional em toda aquela região.

Queria salientar aos Srs. Secretários uma coisa muito importante. São Paulo justa e inclusiva é um dos pontos que é para redução da pobreza e ampliar o acesso a direitos que a população em situação de vulnerabilidade social da cidade de São Paulo. Isso está no Plano da Cidade, mas não pode ser só uma coisa escrita. Tem que ser de fato implementada, um compromisso da gestão com a população.

Tem mais um porém. Os serviços socioassistenciais - o Butantã, o Raposo Tavares - clamam por serviços e os vazios socioassistenciais aconteciam bem antes da pandemia e com a pandemia e com o desemprego se faz mais necessário todo apoio, auxílio escola, todo apoio àquelas comunidades que se reuniram e que estão batalhando aqui, semanalmente, sempre fazendo corre nos gabinetes para pegar adesão e efetivar um orçamento de verdade.

É isso o que eu peço, Srs. Secretários. Não dá para ficar na promessa, no escrito, mas efetivar. Muito obrigada.

- Assume a presidência a Sra. Juliana Cardoso.

A SRA. PRESIDENTE (Juliana Cardoso) – Tem a palavra o líder da minha Bancada Vereador Eduardo Suplicy.

O SR. EDUARDO MATARAZZO SUP LICY – Muito obrigado, agora, Presidente Vereadora Juliana Cardoso; caro Presidente Jair Tatto; prezada Secretária Claudia Carletto e Secretário Carlos Bezerra, meus cumprimentos pela dedicação que estão colocando para as respectivas secretarias de Assistência Social e Direitos Humanos.

Queria dar uma informação importante, porque o Supremo Tribunal Federal, ontem, formou maioria e tomou a decisão de que, já tomada em abril último, mas pela qual confirma e determina que o Governo Federal implemente, a partir de 2022, a Renda Básica de Cidadania,

conforme a Lei 10.835, começando em 2022 para os brasileiros em situação de pobreza e extrema pobreza.

Portanto, a todas as pessoas com renda mensal menor que 200 reais. Essa é a primeira etapa na implementação da Renda Básica universal e incondicional, o que vai acontecer, espero, em breve. Eventual desobediência à ordem judicial configurara crime de responsabilidade, ressaltou, ontem, o Ministro Gilmar Mendes. A Renda Básica terá de estar, obrigatoriamente, prevista no Orçamento de 2022.

O Brasil é o primeiro País do mundo que, oficialmente, passa ter uma Renda Básica começando pelos mais necessitados até que um dia será para Claudia Carletto, para Carlos Bezerra e todos nós aqui presentes, para o Pelé, para a Xuxa, para o mais bem-sucedido empresário brasileiro. A ninguém será negado. Mas, como assim, até para os que têm mais? Sim. Obviamente, iremos contribuir para que nós mesmos e todos os demais venham a receber.

Conforme ambos os Secretários têm reconhecido, temos tido uma população em situação de rua cada vez maior nesses últimos tempos. Ontem, por exemplo, circulei juntamente com Erika Hilton e os Vereadores da Comissão de Direitos Humanos na Praça da Sé, no Pateo do Collegio e a cada dia tenho ficado impressionado com o número crescente de moradores em situação de rua. Também estive ontem no Centro Pop, na Rua Jandáia, 30, e ali perguntei em que medida as pessoas que ali estão atendendo estão informando sobre esse direito que as pessoas em situação de rua e mais carentes e pobres vão ter de ter e terão o direito de receber a Renda Básica.

Gostaria de perguntar ao Sr. Carlos Bezerra e Sra. Claudia Carletto em que medida os Centros de Acolhidas estarão informando a toda pessoa carente e que esteja em situação de extrema pobreza, pobreza absoluta, que passam a ter direito a partir de janeiro de receber a Renda Básica? Em que medida haverá o entrosamento dos Governos Federal e Municipal, inclusive o Estadual, para que toda e qualquer pessoa que hoje esteja dormindo nas ruas de São Paulo, seja em calçadas ou em barracas embaixo dos viadutos, informando a cada uma

delas que elas passam a ter o direito à Renda Básica de Cidadania? Vai precisar ser definido um valor suficiente para atender as necessidades vitais, sobretudo de alimentação, saúde, educação e, se possível, de moradia.

Então, quero dar essa informação e perguntar aos Secretários junto aos quais tenho reconhecido toda a dedicação com que têm trabalhado, inclusive em programas como o Transcidadania, que estou acompanhando desde quando fui Secretário de Direitos Humanos e outros programas.

Agora, agradeço se puderem dar a informação sobre a Renda Básica de Cidadania que, espero, logo, logo, se torne universal para todos os brasileiros, inclusive estrangeiros aqui residentes há cinco anos ou mais, conforme dispõe a Lei 10.835, de 2004.

Muito obrigado. Meus cumprimentos.

A SRA. PRESIDENTE (Juliana Cardoso) – Obrigada, Papito, Líder da Bancada do PT.

- Assume a presidência o Sr. Jair Tatto.

O SR. PRESIDENTE (Jair Tatto) – Deixe-me anunciar a presença do nobre Vereador, de maneira online, Atílio Francisco, que é o relator do Orçamento. Vereador Alfredinho também presente conosco.

Tem a palavra o Sr. Elbio Miyahira.

O SR. ELBIO MIYAHIRA – Bom dia, Sr. Presidente, Srs. Secretários.

Meu nome é Elbio, sou Coordenador da Associação Metodista Livre Agente e participo do movimento de reabertura do Circo Escola, no São Remo, e também apoiamos as Comunidades Unidas no Butantã em Ação.

Estou aqui para reivindicar o apoio para dotação do orçamento e de verba no PLOA para poder fazer a reabertura do Circo que já está fechado desde 2019. Por causa desse fechamento também, o prédio acabou se deteriorando ainda mais. Era um projeto que atendia mais de 400 famílias com diversos projetos, como Circo Escola, CCIntra, com Cedesp.

Atualmente, já temos até os pareceres positivos com relação à reforma. Ainda mais

na situação atual que estamos vivendo, que essa situação social está mais agravada ainda devido a essa questão econômica resultante da pandemia, e considerando que esse equipamento já existe há mais de 40 anos e já beneficiou muitas famílias. Neste momento é muito importante que ele seja reaberto.

Então, estamos aqui com outros companheiros que já falaram e outros que ainda vão falar, para reivindicar esse apoio para essa dotação, para essa verba, para a reabertura desse projeto muito importante para a região do Butantã.

O SR. PRESIDENTE (Jair Tatto) – Obrigado, Elbio.

Presencial, Lester Amaral Júnior.

O SR. LESTER AMARAL JÚNIOR – Bom dia a todas, todos e todes. Sr. Secretário, Sra. Secretária, Presidente da Comissão, acho muito importante esta audiência pública na perspectiva de tentar entender como que no Orçamento 2022 a Prefeitura vai enfrentar o rescaldo, o duro rescaldo de toda a crise social que advém da pandemia e de antes da pandemia

Então, eu queria fazer algumas intervenções. Eu estou aqui também participante do Movimento das Comunidades Unidas do Butantã em Ação e que tem uma pauta de seis grandes áreas. Hoje, a Assistência Social. Estivemos aqui, há pouco mais de 15 dias, falando de segurança alimentar, também com emendas orçamentárias para a segurança alimentar, dada a gravidade que tem. Então, eu começo com algumas questões.

Sr. Secretário, a primeira pergunta que faço é se um orçamento de 2% do Orçamento Municipal na área da Assistência é capaz de enfrentar o rescaldo da crise social que nós estamos vivendo na cidade de São Paulo. Essa é a primeira questão que eu gostaria de ouvir a resposta do senhor, que eu acho que é muito importante.

Para além da questão orçamentária, tem a forma como eventualmente se dá a gestão do próprio processo. Eu vou me referir e fazer uma pergunta muito específica. Os Centros de Crianças e Adolescentes operados com parceiros, com organizações..., quero até saber qual o nível de ampliação, do ponto de vista de vagas e de equipamentos previstos no

Orçamento de 2022. Eu gostaria de ter esse número, esse dado. Eu não consegui apreender da sua apresentação. Mas esses Centros têm algumas restrições e eu quero dar, aqui, um exemplo. Já algo que é primoroso, valorizado pelas comunidades do Jardim Jaqueline, do Monte Kemel, do Clarisse, do Gracinha, que nós estamos perdendo, assim como se perdeu mais de 1.500 vagas nos últimos anos apenas no Distrito do Butantã. Então, é fundamental entender em que medida este Orçamento permite algum enfrentamento com isso. E uma restrição interna. Por exemplo, no Jardim Jaqueline, uma comunidade enorme, porque, às vezes, quando se fala em comunidade se pensa só em Paraisópolis. Não, não. Há 107 comunidades no Butantã, 107 comunidades. Nós temos de olhar para isso. Então, tem uma restrição: cinco mil reais para alugar um equipamento para operar um Centro de Criança e Adolescente. É inviável. É impossível. Qual a alternativa? Crianças se deslocarem quatro, cinco quilômetros e sem mobilidade isso não é possível. Então, eu acho importante também enfrentar, no plano da gestão, a realidade concreta das periferias.

E, por fim, eu gostaria de saber a expressão que isso tem, este Orçamento, nas periferias, esse valor de um bilhão trezentos e trinta e seis.

Última coisa: CRAS. Tivemos uma proposta, entre as cinco melhor aprovadas no Butantã, de um CRAS na Raposo Tavares. Foi dito que tecnicamente não era viável, o que não faz sentido. A Raposo está muito distante do CRAS. Tem mais de 120 mil pessoas na Raposo Tavares, um adensamento enorme. É preciso ter mais sensibilidade para aproximar a Gestão da população da periferia. (Palmas)

O SR. PRESIDENTE (Jair Tatto) – Obrigado, Lester.

Vamos seguindo aqui. Inscrição de maneira on-line. Karen Cristina dos Santos Gomes. (Pausa)

Rogéria Rosa Pereira. (Pausa)

Nívia Maria da Silva Miranda dos Santos. (Pausa)

Anuncio que o salão Freitas Nobre, no térreo, também está aberto para os que não conseguiram, aqui, entrar.

Claudete Cordeiro dos Santos. (Pausa)

Sílvio dos Santos. (Pausa)

A SRA. CLAUDETE CORDEIRO DOS SANTOS – Posso falar?

O SR. PRESIDENTE (Jair Tatto) – É a Claudete que está falando?

A SRA. CLAUDETE CORDEIRO DOS SANTOS – Sim. Bom dia a todas e a todos.

Cumprimento a Mesa, o Sr. Presidente.

Então, eu sou liderança do Jardim de Abril, que fica localizado no Butantã. Também faço parte do Movimento da Cufa, movimento que criamos a partir da necessidade das lideranças se unirem para buscarem, junto ao Poder Público, um direito que o Governo está tirando das periferias. O Governo está fechando serviços. O Butantã já é carente de serviços. O Jardim de Abril, por exemplo, não tem serviço nenhum. E o Governo fechou o Circo Escola. O Governo fechou o CCA Gracinha e Clarisse. Estamos nesta luta, unidos para que o Orçamento do ano que vem tenha verba suficiente para que reabra o Circo Escola e sua reforma e que se mantenha o Gracinha e o Clarisse dentro do território do Jaqueline e do Monte Kemel.

Então, este apelo, aqui, eu faço para os Srs. Vereadores, para o Sr. Presidente, para que, no ano que vem, o Orçamento venha diretamente para dentro do Butantã, da nossa região e que se abram mais serviços. A comunidade do Butantã está muito abandonada já faz tempo. Que se abram mais serviços.

Muito obrigada à Mesa e a todos.

O SR. PRESIDENTE (Jair Tatto) – Muito obrigado, Claudete.

Júlio Cezar de Andrade.

O Vereador Isac Felix também está presente na audiência, de forma on-line.

O SR. JÚLIO CEZAR DE ANDRADE – Bom dia a todas, a todos.

Meu nome é Júlio Cezar de Andrade. Sou Covereador da mandata coletiva do Quilombo Periférico por uma São Paulo sem racismo.

Gostaria de saudar a Mesa e trazer algumas questões importantes.

Primeira, referente aos direitos humanos. É importante salientar que das ações

previstas, quais as ações existentes na prevenção do genocídio das juventudes nos territórios periféricos, uma vez que a juventude de 15 a 29 anos tem sido alvo de violência letal, tanto pelo tráfico como pelas forças de Segurança Pública. Além de salientar o nosso compromisso, como mandata, na defesa do Orçamento e do avanço salarial, equiparação salarial dos e das Conselheiras Tutelares, uma vez que é um órgão permanente, autônomo e encarregado por zelar dos direitos de crianças e adolescentes em todo o território.

Um outro dado importante: solicitar esclarecimentos para a Secretaria de Direitos Humanos acerca do financiamento da Expo Anhembi. Quanto das contribuições financeiras do Carrefour foram destinadas para a Expo Anhembi por meio do TAC – Termo de Ajustamento de Conduta – presente na ação, devido à morte de um homem, no Rio Grande do Sul.

E um outro elemento fundamental, para a Secretaria Municipal de Assistência Social, para além do reajuste das organizações, de 5,5%, qual é a previsão orçamentária para a ampliação dos serviços da proteção básica, uma vez que foram aproximadamente 15 mil vagas fechadas, só nos últimos quatro anos, e nós temos um déficit de aproximadamente 500 mil crianças sem acesso ao serviço de convivência e fortalecimento de vínculos.

Finalizo com esses esclarecimentos.

Muito obrigada. (Palmas)

O SR. PRESIDENTE (Jair Tatto) – Obrigado. Sr. Júlio? (Pausa) Agora, de forma *on-line*, Sra. Diva Nunes?

O SR. SILVIO DOS SANTOS – Presidente, eu tinha sido chamado depois da Claudete. É que houve uma hesitação. Meu nome é Silvio.

O SR. PRESIDENTE (Jair Tatto) – Ok, Sr. Silvio. Desculpe-me. Tem a palavra.

O SR. SILVIO DOS SANTOS – Cumprimento a Mesa, os Secretários e, também, todo o povo que está acompanhando esta audiência.

Então, eu quero me somar à luta do CUBA, Comunidades Unidas do Butantã em Ação, por conta dessa grande deficiência que há, aqui, na área social. Sim, é necessário reestabelecer o serviço do Circo Escola, que muito contribuiu. Eu fui Conselheiro Tutelar da

região. Na minha época, contribuiu muito a questão da formação dos vínculos familiares. Foi uma obra que foi abandonada pela entidade conveniada e deixou toda aquela comunidade ao desamparo.

Em uma ação assim, também tem de ser vista a questão da política desse abandono, encerrando o serviço. Isso tem de ser visto. Tem de ser colocada dotação. Tem de ser colocado em funcionamento, porque realmente são comunidades muito carentes. Nós, que somos do distrito Raposo Tavares, carecemos de muita política pública. Precisamos, sim, de um CRAS na nossa região. Então, pedimos a questão dessa atenção, da implantação desse CRAS.

Que se veja, também, a condição de miserabilidade de boa parte da população. Aqui, na região do Raposo Tavares, estamos carecendo muito do serviço público de assistência social e de dotação de verbas, porque, como disse o meu amigo Lester, ali, mais adiante, sem colocar verba, nós não vamos conseguir dar conta do serviço. Haver a dotação e não aplicá-la em sua integralidade também não vai resolver nossa situação.

Então, vimos colocar aqui essas necessidades da nossa região.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Jair Tatto) – Obrigado, Sr. Silvio. Então, agora, voltamos ao presencial. Sra. Silvanete Aparecida de Oliveira? (Pausa) Passo a anunciar que, depois, da Sra. Silvanete, voltando *on-line*, o Sr. Mario Balanco é o próximo, só para já ir se localizando.

A SRA. SILVANETE APARECIDA DE OLIVEIRA – Bom dia a todos. Eu sou a Silvanete. Eu represento o CUBA, Comunidades Unidas do Butantã em Ação.

O que eu estou propondo é o seguinte: nós já tínhamos uma demanda quando eu era Conselheira Tutelar no Butantã. Havia um vazio socioassistencial no Jardim do Lago, no Jardim D’Abril I e II, na Cohab Raposo Tavares e na Cohab Munck. Esses locais ficam na Raposo Tavares, na divisa com Osasco, Cotia e Carapicuíba, mas pertencem ao Butantã. Há a ideia da criação de um CCInter nessa região e da criação do CRAS Raposo Tavares, também, para o Butantã.

Quero dizer, também, que, atualmente, há seis CCAs em vias de implementação, mas as verbas dos aluguéis não contemplam a locação dos imóveis. Então, o que estamos pedindo? Mais recursos para a locação dos imóveis ou que a CAPECEM busque a locação desses imóveis no território do Butantã. Pedimos, também, a liberação de recursos para as reformas dos CCAs no Butantã e a manutenção de vagas, porque, no distrito, nós já tínhamos uma carência de 1.500 vagas perdidas. Também estou propondo que se abra um novo Cedesp dentro do Circo Social e mais verbas para a reforma do Circo Social São Remo.

Estamos propondo, também, para pedir os recursos para a ASSAN, Cidade Solidária, com cinco mil marmitas em programas de famílias em situação de vulnerabilidade social, que estão passando fome e desempregadas. Atualmente, o CEU Uirapuru e o CEU Butantã fazem cerca de mil marmitas, mas o Butantã tem uma demanda de cinco mil marmitas. Então, estamos pedindo para que se inclua esse orçamento, também, para o Butantã.

Quero agradecer a todos. Que tenham uma boa fala, para que se atenda ao nosso distrito e à cidade de São Paulo, porque os que estão aqui são da cidade inteira. Obrigada a todos. (Palmas)

O SR. PRESIDENTE (Jair Tatto) – Ok. Obrigado, Sra. Silvanete. Sra. Marília Gabriela Alves da Silva? (Pausa) Sr. Ginalvo Silva de Santana? (Pausa) Sra. Ellen do Amaral Silva?

(NÃO IDENTIFICADA) – Bom dia.

O SR. GINALVO SILVA DE SANTANA – Olá.

O SR. PRESIDENTE (Jair Tatto) – É a Sra. Helen ou o Sr. Ginalvo?

O SR. GINALVO SILVA DE SANTANA – É o Santana falando. Bom dia a todos. Bom dia aos camaradas do CUBA. Bom dia, companheiros do CBL. Quero cumprimentar a Mesa e falar, especificamente, da questão do Circo Escola.

Eu acho que é de suma importância que o Secretário tenha um olhar um pouco mais sensível para a comunidade e para esta reivindicação específica do Circo Escola. É um equipamento que tem a sua história umbilicalmente ligada à comunidade de São Remo e não é

possível que não se tenha essa sensibilidade, de que essa comunidade carece desse equipamento.

Então, é fundamental voltar os olhos para esse equipamento, que é um equipamento que forma, desde a sua infância, novos cidadãos. Não é possível aceitarmos que um equipamento do porte do Circo Escola esteja fechado, deixando 300 crianças sem esse equipamento.

Eu apelo para a sensibilidade dessa gestão com relação ao Circo Escola. Esse é um dos equipamentos que têm profunda ligação com a comunidade, pela sua história e pelo resultado que esse equipamento trouxe para a comunidade. Então, fica aqui este apelo, para que se sensibilizem para com esse equipamento.

Muito obrigado. Bom dia a todos.

O SR. PRESIDENTE (Jair Tatto) – Obrigado, Sr. Ginalvo. Era a Sra. Marília que tinha se manifestado? Ou a Sra. Diva, que eu havia chamado? (Pausa) Bom, se voltar, terá a palavra. Vamos lá, então? Sr. Mario Balanco? Depois, voltaremos, aqui, *on-line*, e, aí, virá a Sra. Eliana Antônia de Souza.

O SR. MARIO BALANCO – É que eu sou da área de saúde. Então, temos de... A pandemia não acabou.

Bom dia a todos e a todas. Eu sou Mario Balanco. Eu estou representando a Rede de Apoio Popular do Butantã, que faz parte do CUBA. O CUBA é um movimento criado no Butantã, durante a pandemia, que engloba 22 comunidades carentes da região, 16 movimentos coletivos e grupos, e quatro ocupações de moradia.

Vou destoar um pouco da discussão, porque eu vou trazer para cá duas discussões que eu acho de extrema importância para o atual quadro grave de situação da população carente no Município de São Paulo.

A primeira é a questão de alimentação. A RAP – Rede de Apoio Popular, foi formada em abril de 2020, há 20 meses, com a intenção de distribuir cestas básicas, coletando dinheiro da sociedade civil. A gente achava que ia demorar seis meses, mas nós já estamos no

vigésimo mês. Falo isso porque a população pobre está morrendo de fome.

Me preocupa muito a SMADS que tem um orçamento de 90 milhões, por ano, para cestas básicas e outras coisas, como o Secretário informou, onde isso não vai resolver nada, nada, nada.

Só a região do Butantã a gente tem cadastrado 14 mil cestas básicas, por mês. Com 90 milhões dá para comprar 90 mil cestas básicas, fazendo um cálculo por alto. Isso quer dizer que são 90 mil para a Cidade inteira.

Nós aqui, Secretário e Comissão do Orçamento, temos de ter uma decisão política. O Orçamento do Município é de 70 bilhões. O dinheiro que vai para pagar a dívida pública – me corrijam, por favor – é cerca de 10 a 13% desse Orçamento. São 10 bilhões.

Neste momento, se eu fosse prefeito, eu falaria assim: Não vou pagar um centavo enquanto tiver gente passando fome. (Palmas) É isso que está acontecendo.

A outra questão importante que eu trago aqui, é sobre o trabalho. Só para encerrar. Conversando com a comunidade em que nós atendemos 200 famílias, mais de 80% estão desempregados na periferia. É papel do ente público sim começar a fazer frentes de trabalho nas subprefeituras. Como já existiu no passado.

No passado, o Governo do Estado de São Paulo, lembro-me bem, criou uma série de frentes de trabalho em órgãos públicos. Eu lembro que eu trabalhava na Universidade de São Paulo...

O SR. PRESIDENTE (Jair Tatto) – Conclua, por favor.

O SR. MÁRIO BALANCO – Só para encerrar.

Lá tinha trabalhadores dessas frentes de trabalho. A população não quer receber esmola para o resto da vida. Ela quer trabalho. Então nós temos um papel importante, neste momento.

Obrigado. (Palmas)

O SR. PRESIDENTE (Jair Tatto) – Vamos seguindo. Ellen do Amaral Silva.

A SRA. ELLEN DO AMARAL SILVA - Bom dia a todos. Vocês me ouvem bem?

O SR. PRESIDENTE (Jair Tatto) – Sim.

A SRA. ELLEN DO AMARAL SILVA - Faço coro às palavras do companheiro Mário. Eu atuo na Rede de Apoio Popular, também na Pastoral da Criança no meu território. Estamos ligados, pela CUBA, com muitas entidades, lideranças de comunidades se organizando, porque a gente está vivendo tempos extraordinários.

A fala do Mário nos contempla, porque precisaria ter um empenho extraordinário para a gente sanar as demandas. Eu tenho acompanhado entregas de marmitas, o programa da Prefeitura e programas pela sociedade civil. A fila aumenta, há muita criança pequena na fila da marmita aqui no Bode Zé. A gente acompanha também o pessoal da Polopi. Saúdo a companheira Claudete, do Jardim de Abril.

Há territórios que estão à mingua, no sentido de que precisariam agora, em tempos extraordinários, de uma assistência extraordinária, de operações dirigidas aos tempos que a gente vive.

Aqui a gente está se articulando. A gente tem uma carta reivindicatória, que deve ser do conhecimento de todos, onde a gente mapeou com muita qualidade o que temos passado por aqui. A situação tende a piorar, a se agravar.

O meu apelo é que não podemos abrir mão dos equipamentos de assistência social, como tem ocorrido. Não pode haver perda de vagas agora. A gente está passando fome. As cestas não estão chegando ou chegam a conta gotas. Isso precisa de um olhar dirigido. Não só aqui na zona Oeste, Butantã. Provavelmente, as periferias da Cidade toda têm passado por isso.

O Poder Público não pode continuar na sua cotidianidade, achando que a gente tem um orçamento proporcional ao que estamos vivendo. A gente precisa ter alguma ação para pressionar e alargar o orçamento, melhorar a articulação com quem está na ponta, cuidando dos seus vizinhos, das famílias que estão sem emprego, com fome. A gente dá cesta básica mas é como enxugar gelo. As pessoas querem trabalhar.

Eu encerro a minha fala fazendo coro a esse movimento, a esses cidadãos aqui

presentes, que estão reivindicando um orçamento justo para o que temos vivido até hoje.

Eu encerro aqui.

O SR. PRESIDENTE (Jair Tatto) – Obrigado Ellen. Chamo a Sra. Eliana Antonia de Souza. Depois da Eliana farei nova chamada *on-line*. Em seguida a Vereadora Juliana, o Secretário e a Secretária já há perguntas suficientes para manifestações.

- Manifestação fora do microfone.

O SR. PRESIDENTE (Jair Tatto) – Depois seguiremos. É que, de repente, já contempla algumas... Eu sou muito sincero nas minhas coisas. É meu jeito, vou continuar assim porque tem dado certo. Ocorre que, de repente, nas respostas alguns oradores declinam. Nunca tive problema desta natureza aqui. Eliana.

A SRA. ELIANA ANTONIA DE SOUZA – Bom dia. Eu sou Eliana, tenho 37 anos. Falo para vocês a minha idade porque eu sou mãe de duas crianças. Estou aqui representando mais de 500 crianças, represento também a Frente de Luta pelos CCAs.

Nós estamos pedindo, na proposta de dotação orçamentária, como uma colega já colocou aqui, o aumento do valor para o auxílio aluguel, para a abertura dos CCAs.

Infelizmente, foi fechado, agora, no dia 7 de outubro, quando se deu o último atendimento das nossas crianças do CCA Clarice e do CCA Gracinha, onde foram para a rua mais de 300 crianças.

O que vem dificultando para a abertura do novo CCA é a questão do valor do aluguel. Como já foi colocado aqui, estão pedindo cinco mil reais, o que a Prefeitura disponibiliza, para ajuda da locação de imóvel. Dentro do nosso território, no Butantã, não há imóvel para locação nesse valor.

Então eu peço ajuda dos Secretários. Inclusive, pedi uma reunião com o Secretário Carlos Bezerra, a gente já teve reuniões com a Secretária Berenice, queremos dar continuidade. Já mandei *e-mail* para a assistente do senhor, se o senhor puder nos atender, eu agradeço.

A gente está pedindo, falo em nome de quatro CCAs, já falei do Clarice, do

Gracinha e aí tem o Cedesp e o CCA Rio Pequeno. Esses quatro CCAs estão com problemas por conta do valor do aluguel que foi colocado no edital.

Então a gente segue com uma proposta de emenda, que vou passar para vocês uma cópia do documento que eu trouxe comigo, para fazer essa colocação de adequação dos recursos para locação dos imóveis na região do Butantã, totalizando o valor de 10 mil reais, mensais, por serviço. Contemplando o Cedesp, o Rio Pequeno, Clarice e Gracinha, visando imediatas execuções.

É isso, obrigada pela atenção de todos. (Palmas)

O SR. PRESIDENTE (Jair Tatto) – Obrigado. Vamos seguindo, rapidamente.

Martha Delbuque Pimenta, Santana Silva, Gabriel Gama Santana.

O SR. SANTANA SILVA - Santana Silva já falou.

O SR. PRESIDENTE (Jair Tatto) – Quem se manifestou?

O SR. SANTANA SILVA - Santana Silva.

O SR. PRESIDENTE (Jair Tatto) – Com a palavra e, em seguida, o Secretário e a Secretária.

A SRA. JULIANA CARDOSO – O Alfredinho também está aqui.

O SR. PRESIDENTE (Jair Tatto) – Santana Silva, o senhor já falou hoje – pelo que me consta.

O SR. SANTANA SILVA – Exatamente.

O SR. PRESIDENTE (Jair Tatto) – OK, muito obrigado. Gabriel, não se pronunciou. Robson Souza Dutra. (Pausa) Sra. Nívia. (Pausa) Sr. Silvio dos Santos. (Pausa) Já foi também.

Com a palavra a Sra. Nívia Maria da Silva Miranda dos Santos e, em seguida, os Secretários falarão.

A SRA. NIVIA MARIA DA SILVA MIRANDA DOS SANTOS – Bom dia a todos. É muito bom participar dessa audiência. É muito bom ter a participação popular e ver que realmente as coisas estão sendo discutidas. Não vou me alongar muito, porque os demais

presentes, que me antecederam, já falaram da nossa necessidade.

Moro no Jardim Jaqueline. Sou uma das líderes comunitárias, porque Jardim Jaqueline é grande. Eu presencio, diretamente, todo o sofrimento dessas famílias, desse distrito com relação à situação do fechamento dos CCAs.

O que estamos pedindo hoje? Que cada um dos senhores faça o papel de vocês. Tenham um olhar mais sensível para nossas crianças. Digo que só através da educação, dos direitos sociais é que vamos formar cidadãos. Se dermos as costas agora para essa situação tão importante, infelizmente, daqui alguns anos, ao invés de estarmos discutindo nessa Casa a abertura de CCAs e abastecimento, estaremos falando de mais presídios. Não queremos isso. Não queremos mais Fundação Casa, não queremos mais presídios na cidade de São Paulo. Queremos que nossas crianças tenham direitos básicos à Educação, alimentação e uma formação.

É isso. Sou do CUBA e estou somando com os senhores. Muito obrigada. (Palmas)

O SR. PRESIDENTE (Jair Tatto) – Obrigado. Rapidamente, vou tentar resumir, o Vereador Dr. Sidney Cruz, membro dessa Comissão, está acompanhando a CPI dos Aplicativos, mas passou algumas perguntas: à Secretaria Municipal de Direitos Humanos, do orçamento 2022, se está previsto reajuste salarial para os Conselhos Tutelares? Qual será o valor? Ao que se refere ao programa de formação continuada dos conselhos tutelares e direito da criança e ao adolescente, o quanto foi executado? E qual será o valor empenhado para o ano que vem? Do orçamento previsto para equipamentos públicos voltados ao atendimento da população LGBTQI+, quais são as principais ações a serem executadas em 2022? Para ações de combate ao racismo, discriminação e preconceito, quanto foi orçado nesse ano e quanto orçado para 2022? Quais foram as principais ações sobre políticas de programas e ações sobre álcool e drogas executadas nesse ano? Há orçamento previsto para 2022? Houve uma exposição inicial, mas a pergunta basicamente é: 2022, o que será feito? E para a execução de ações para observatório de proteção integral à criança e adolescente, que serve para subsidiar o Plano Municipal de Políticas Públicas para criança e adolescente, quanto foi orçado e

realizado nesse ano? Qual o valor orçamentário previsto para 2022?

De igual forma, pedimos a leitura dos questionamentos destinados à Secretaria Municipal de Assistência e Desenvolvimento Social: quanto foi executado pela Secretaria de Assistência e Desenvolvimento Social, as ações de combate à prevenção a violência contra a mulher? Previsão orçamentária para os próximos quatro anos, o PPA? E quais as principais ações? Há previsão de liquidação referente à renda básica emergencial, ainda para esse ano? Quanto será orçado para os próximos anos? Há previsão de continuidade do programa?

Tem muita pergunta. Vou parar por aqui. Passo a palavra à Sra. Secretária.

A SRA. JULIANA CARDOSO – Sr. Presidente, pela ordem. Tenho algumas perguntas. Como sei que o nobre vereador Eduardo Suplicy precisa ir para a reunião da Bancada e nós dois estaremos desfalcados, só queria, depois, ter a oportunidade de dialogar com os Secretários.

O SR. PRESIDENE (Jair Tatto) – Para contemplar o nobre Vereador Eduardo Suplicy, que quer ouvir as respostas.

Com a palavra a Sra. Secretária para as considerações e respostas.

A SRA. ANA CLAUDIA CARLETTO – Obrigada, Sr. Presidente. Eu anotei as perguntas de todos. Primeiro, ao que concerne a Direitos Humanos, eu peguei a fala da Maria Angélica, que fala com relação ao Cidade Solidária.

Maria Angélica, até fiz um levantamento para ver a quantidade de cestas básicas e alimentações prontas entregues pelo programa, na Subprefeitura do Butantã. Em 2021, distribuimos quase 18 mil cestas básicas para mais de 70 instituições, só no que concerne à Subprefeitura do Butantã. Fizemos a distribuição de área na comunidade de Água Podre, de 800 marmitas. Em total entregue, até hoje, de 132 mil marmitas naquela região. Só para dizer um pouco do que foi feito. É claro que temos a sensibilidade de saber que a pandemia não acabou no que tange à crise sanitária e muito menos à pandemia da fome.

Temos essa realidade e conseguimos enxergar esse problema na cidade de São Paulo. Não por menos, o Prefeito Ricardo Nunes tem empenhado esforços e pedido aos

Secretários, inclusive, para mim e para o Secretário Bezerra, para que nos dediquemos a buscar soluções, porque os problemas são impostos todos os dias.

O Cidade Solidária distribuiu desde o começo do programa no início de março de 2020, 5 milhões e 200 mil cestas básicas na cidade de São Paulo. O número pode até parecer grande, mas temos 12 milhões de habitantes. Temos pelo menos 500 mil famílias em situação de extrema vulnerabilidade. Então, fazendo frente a isso, quero dizer que o nosso trabalho não para e não vai parar no que tange a isso.

Pedi para levantar, porque como foram ações emergenciais, esse dinheiro não estava previsto no orçamento, mas foi um dinheiro suplementado para que São Paulo não deixasse ninguém para trás. É isso, vamos continuar empenhando esforços.

Agora, caminhando aqui para a pergunta do Vereador Eduardo Suplicy, que fala da implementação do Renda Básica de Cidadania, fico muito feliz em ver o empenho com o qual o nobre Vereador defende essa bandeira. Ele diz que essa é a missão da vida. Acho realmente que se empenha com valor incrível. Ele falou assim: se isso vai estar previsto no orçamento? Eu acho que não, mas aí o Secretário Bezerra pode falar com mais propriedade, já que concerne à Secretaria da Assistência Social. Mas ele disse se estaríamos preparados para informar as populações vulneráveis esse direito.

No que concerne à Secretaria de Direitos Humanos, temos mais de 10 Conselhos vinculados a nossas coordenações, obviamente, temos aí uma interlocução grande com a sociedade e tanto por meio dos conselhos, quanto por meio do nosso centro móvel de Pop Rua, nós conseguimos fazer essa divulgação. Está bom, Vereador. Conte conosco com todos os esforços e mecanismos de comunicação da Secretaria para que consigamos fazer frente a esse desafio. Coloco-me à disposição, pessoalmente, para ajudar.

Júlio Cesar de Andrade trouxe a questão do São Paulo sem racismo. Quais as ações de prevenção à morte prematura da juventude negra periférica? Júlio Cesar, isso realmente é um desafio. Você trouxe duas questões muito importantes. A primeira, que é a violência dos agentes do tráfico, dos agentes da criminalidade e você também trouxe a questão

da violência policial à população negra. Isso é uma preocupação no nosso horizonte, tanto que na minha explanação inicial eu falei que nós ampliamos. Nós tínhamos dois Centros de Referência de Promoção de Igualdade Racial. Hoje, nós temos oito. E uma das ações desses Centros - que contam com Psicólogas, Assistentes Sociais, Advogados -, é nós também fazermos as capacitações, e já fizemos uma capacitação com a Polícia Militar do Estado de São Paulo, que eu acho que é o nosso principal foco, e segundo com a Guarda Civil Metropolitana também. Então, nós estamos atuando na questão da prevenção, fazendo a capacitação desses agentes, seja os agentes que estão na ponta, seja os agentes públicos também. Ampliamos o canal da denúncia de racismo pelo 156. Foi assinado, o Prefeito Bruno Covas fez, criou o Decreto da Prevenção do Racismo Institucional. Ou seja, estamos ampliando as políticas afirmativas que, aliás, Secretário Bezerra, até na abertura da Expo foi dito pela Ministra Carmem Lúcia das políticas afirmativas, que temos de passar para as políticas propositivas e “fazetivas”, vamos fazer, vamos afirmar e vamos fazer. Então, é nisso que nos pautamos também, Júlio Cezar.

E, por fim, você perguntou do financiamento da Expo. A Expo não foi feita pela Secretaria de Direitos Humanos. A Expo não foi feita pela Secretaria de Direitos Humanos, foi pela Secretaria de Relações Internacionais, liberada por nossa querida Secretária Marta Suplicy. Então, eu não teria essa informação, mas futuramente eu posso conseguir passar para vocês. É que não foi de realização da de Direitos Humanos.

A Aparecida Silveira também trouxe a questão da Cidade Solidária. Então, acho que, com os dados que eu já passei, eu posso sanar essa questão.

Tanto o Mário Balanco quanto a Ellen falaram sobre a questão da segurança alimentar. Então, acho que isso é um pouco também do que eu já falei.

Eu acho que o que concerne a mim, é isso. As questões do Vereador Sidney Cruz, Presidente Jair, eu vou pegar aqui... Porque ele trouxe várias questões. Então, eu estou levantando com a minha equipe e, na próxima, eu já trago as respostas e ele também. Pode ser?

O SR. PRESIDENTE (Jair Tatto) – Está certo. E nós passaremos para a Secretária, para não cometer injustiça com o Vereador, também. E o Sidney também é sub-relator para assuntos de Cultura no PPA.

A SRA. ANA CLAUDIA CARLETTO – Presidente, eu me esqueci de um ponto, que o Júlio trouxe. A equiparação salarial dos conselheiros tutelares, que eu acho que esta é uma grande questão. Não está previsto, porque, como eu já disse na minha apresentação inicial, a peça orçamentária foi entregue em setembro aqui, nesta Casa Legislativa, e ainda não havia essa previsão. Mas está, sim, em estudo com a Prefeitura de São Paulo, Secretaria de Gestão, Secretaria de Governo e Secretaria de Direitos Humanos.

Obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Jair Tatto) – É, não está previsto também, claro. A Secretária já deixou, aqui, esclarecido. Reajuste salarial dentro desse valor constando aqui.

Secretário Bezerra.

O SR. CARLOS ALBERTO BEZERRA JÚNIOR – Bom, eu acho que várias das perguntas já foram respondidas e esclarecidas pela Secretária Ana Claudia Carletto. Algumas outras eu vou esclarecer. Se faltar alguma, vocês me recordem, me lembrem.

Algumas questões importantes aqui foram ressaltadas, mas pelo que eu entendi, tem, pelo menos, três ou quatro questões que foram reiteradas, especialmente relacionadas ao Circo Escola San Remo, que, aliás, eu gostaria de começar falando exatamente sobre isso. Lembrando a vocês que eu tomei posse há 30 dias na Secretaria. Estou me apropriando das informações todas. Estamos tirando dúvidas sobre todas as questões. Mas é importante até para quem não conhece mais a fundo as questões que envolvem o Circo Escola, naquele espaço estavam três serviços: o Circo Social, o CCInter e o Cedesp. Esses três serviços foram interrompidos em razão de risco estrutural no imóvel no primeiro trimestre de 2020. Como a área é da Universidade de São Paulo, da USP, e não havia sido regularizado o uso pela SMADS, foi solicitada uma cessão de uso pela Secretaria, que foi concluída em agosto de 2021. Foi concluída agora. É necessária, a partir de então, uma reforma do espaço para que

possa haver a retomada dos serviços, além do lançamento de editais de chamamento público para a seleção de organizações parceiras.

O Cedesp encontra-se em fase de homologação, com previsão de início para 01 de dezembro agora, de 2021. O CCInter foi homologado em 29 de setembro de 2021, restando pendente o lançamento apenas do edital do Circo. Os dois serviços serão reabertos em outros endereços, até que se conclua a reforma do imóvel. Então, acho que aqui está dado um panorama geral bastante esclarecedor, com informações claras sobre o que está acontecendo e o que envolve a situação do Circo Escola.

As questões das emendas, aí eu não tenho como opinar, mas, aí, eu acho que são mais dirigidas aos Vereadores, à Casa e à própria elaboração do Orçamento, no sentido da adesão das emendas com relação especificamente a esse tema. Eu sei que há outros Parlamentares também que sinalizaram nesse sentido.

Sobre as questões do Vereador Eduardo Suplicy, ele fala sobre a decisão do STF. E, aí, é necessário, Vereador, compreendermos a decisão e as implicações dessa decisão para o Município de São Paulo. Por ora, o que eu posso dizer à V.Exa. é que o que nós temos planejado é a revisão do Renda Mínima. V.Exa. sabe, pela minha história, pelos meus compromissos, pela minha caminhada, que eu sou absolutamente a favor do Renda Mínima. Essa é uma luta que sempre apoiei, sempre encampei. V.Exa. tem o meu integral apoio com relação a isso. E o que nós estamos trabalhando, neste momento, é a revisão do Renda Mínima. O Programa de Transferência de Renda Condicionada Municipal que passaria pela ampliação do público, reajuste de valor e revisão dos parâmetros e de condicionalidades. O fato de nós planejarmos a revisão do programa e de ainda não termos a proposta para calcular o impacto orçamentário previsto na LOA de 2022, o previsto na LOA de 2022 é o mesmo previsto em 2021, o que não impedirá, Vereador, suplementação após cálculo do impacto final. Mesmo ainda não sabendo do impacto dessa medida completamente, uma vez tendo o impacto dessa medida, vamos lutar para a suplementação orçamentária, para que isso possa se efetivar na Cidade. V.Exa. tem, aqui, o meu compromisso, o meu apoio com relação a isso.

Sobre a questão do CCA Clarisse e Gracinha, aí é importante também trazer as informações para quem participa da luta e para quem não conhece todas as informações. Então, vou dar um panorama geral. Quando falamos do CCA Clarisse e Gracinha, lá da região do Butantã, o Clarisse tem 90 vagas e o Gracinha, 150 vagas. Esses serviços foram descontinuados pela entrega unilateral da OSC, Associação pela Família, após serem detectados problemas estruturais no imóvel e na condução da parceria. Com vistas à garantia do atendimento dos usuários, foram aditadas, pela SMADS, vagas em cinco outros CCAs do mesmo território para a absorção do público. Também foram lançados editais de chamamento para novos serviços como forma de suprir a demanda, ali, do local. Mas, também, é importante ressaltarmos que os atendimentos foram também mantidos remotos até a homologação do edital, com previsão para março. Então, essa é a situação dos CCAs Gracinha e Clarisse.

Sobre a região do SAS Butantã, alguém falou sobre o que se tem de parcerias da SMADS ali. Pedi o levantamento e o que a gente tem de SAS Butantã, ali na zona Oeste, são 36 parcerias no total, totalizando um repasse de 2.381.585,63 reais mensalmente, aproximadamente 28,5 milhões de reais/ano investidos na rede socioassistencial na região.

Deixe-me ver se não faltou nada. Eu acho que...

- Manifestação fora do microfone.

O SR. CARLOS ALBERTO BEZERRA JÚNIOR – Ah, sim, é verdade. É verdade. É verdade faltou a questão de ampliação de serviços de proteção básica.

Bom, vamos olhar um pouquinho para trás no que está acontecendo. Estamos passando por um enfrentamento, há um ano e meio, dois anos, de um momento absolutamente excepcional que é o momento de pandemia onde se faz necessário uma revisão e um foco muito mais direcionado à atenção de média e alta complexidade.

Agora, o que eu quero dizer? O que quero dizer que é importante é que não vamos... eu concordo que é necessária a ampliação, mas nós estamos vivendo o impacto da pandemia e, neste momento, foi necessária uma opção pela média e alta complexidade. Os impactos ainda estão aí e isso está sendo feito. Ainda temos o agravante...

Não, espera aí. Eu ouvi vocês. Também me ouçam democraticamente.

Ainda temos o agravante da redução de repasses do Governo Federal. Então, o que estamos fazendo? O que eu posso dizer aqui já de imediato com 30 dias de gestão? Eu posso dizer o seguinte: não haverá redução das vagas de atenção básica. Há necessidade de ampliação? Sem dúvida nenhuma. Estamos trabalhando a média e alta complexidade e, na medida do possível, trabalharemos a suplementação para a atenção básica.

Agora, faço também um apelo à Câmara Municipal. Eu também sou Vereador. Os vereadores têm emendas parlamentares. Em virtude da situação a qual estamos vivendo, os Vereadores, as Bancadas de todos os partidos também poderiam, compreendendo o momento que estamos vivendo, direcionar suas emendas parlamentares para a atenção básica. Estamos assumindo o compromisso na SMADS de facilitarmos, agilizarmos o processo para concretização e realização das emendas dos Vereadores para concretização de serviços na atenção básica.

O SR. PRESIDENTE (Jair Tatto) – Nobre Vereadora Juliana Cardoso.

A SRA. JULIANA CARDOSO – Bom dia para a gente que está aqui desde manhã, que não almoçamos ainda.

Estamos em um momento sério fazendo uma discussão intensa do orçamento da Cidade. Primeiro, o entendimento de que esses dois últimos anos foram dois anos de muita luta. A Assistência Social e a Secretaria de Direitos Humanos - não estou falando as secretarias, mas eu estou falando dos trabalhadores que estavam na linha de frente o tempo todo no início da pandemia. Se brincar, trabalharam até 12, 14, 16 horas por dia para dar conta das articulações, das demandas.

Sabemos que a cidade de São Paulo não se preparou, infelizmente, apesar de no mundo já estar sendo discutida a relação da pandemia, na cidade de São Paulo, a gente só começou a ser preparar no primeiro semestre da relação da pandemia. Isso prejudicou muito. Não foi só a vacina. Mas a gente tinha experts, funcionários e secretarias que pudessem ter se preparado antes para poder dar conta, principalmente na relação orçamentária.

Então, nesta audiência, estamos enxergando o orçamento de 2021, claro, mas debatendo o orçamento de 2022. Também nesse Plano Plurianual de 2022 a 2025, a Comissão de Finanças e Orçamento - eu quero aqui dar um abraço caloroso ao meu companheiro de luta de partido Jair, que sempre respeitosamente acolhe as pessoas e acolhe principalmente os movimentos sociais e, claro, a nossa Bancada.

Quero chamar atenção de uma busca efetiva e de viabilizarmos políticas públicas de fato para a nossa Cidade. A gente tem expertise, mas o que falta é, na minha opinião, muitas vezes, articulação política e orçamentária para dar conta de fazer os desafios que a gente tem.

Estamos vivendo um processo no qual as pessoas estão desempregadas, que as pessoas estão passando fome e a miséria está assolando. E, aí, fico pensando de várias articulações das organizações sociais que fazem a tarefa de, por exemplo, ter serviços públicos abertos e com alimentação saudável quando a gente vai ao supermercado e a gente não consegue trazer com 50 reais nem um quilo de alimento com o arroz ou feijão e muito menos a mistura. Falo da mistura mesmo, lá na ponta, a gente fala sobre a relação de ter carne, de ter frango, de ter a mistura dentro da alimentação das nossas crianças, adolescentes e idosos, assistentes sociais, mulheres.

Então, isso não vem na mesma forma dentro do orçamento público e as entidades é que se virem, sem falar da relação da per capita e sem dizer também sobre a questão do dissídio que até agora não foi resolvido das entidades sociais. Por mais que o Secretário fale de 5,5 que vai ser retroagido a partir de julho, quero é bem ver quem vai pagar os juros das contas dos bancos que já estão vermelhas há muito tempo dentro dessa perspectiva de fazer um bom atendimento das nossas crianças, adolescentes e todos os serviços públicos.

Vou demorar um pouquinho porque essas são pastas que o mandato tem uma atuação muito grande. Sabemos que é necessário e devemos até por força da lei, porque é a lei, a gente está aqui, está no orçamento priorizar as políticas públicas que tratam do ser humano. Nesse sentido, quero, primeiro, pensar dentro da Secretaria de Assistência Social e

de Direitos Humanos, falar sobre os direitos básicos fundamentais de todos os seres humanos, em especial dos que precisam e que são os mais vulneráveis - a criança, adolescente e juventude. A gente tem que falar sobre as pessoas que são mais vulneráveis.

Tem aqui um projeto que fala sobre a criança e adolescente nas nossas periferias e nos rincões das pobrezas, que é um PL que fala sobre a criança e adolescente em situação de rua e na rua. Inclusive o PL 253, de 2021, trata de um assunto que já foi votado em primeira discussão nesta Casa - e quero agradecer também o Vereador e, agora, Secretário que também ajudou muito para que esse projeto pudesse ter passado na Comissão de Justiça e depois passar, em primeira, na Câmara Municipal - as políticas públicas para as mulheres vítimas de violência, de abusos aumentaram muito na pandemia. Não preciso dizer quem faz o atendimento na ponta o quanto que vocês não estão recebendo de mulheres que são vítimas de violência física, psicológica e o abandono total.

O abandono não é só muitas vezes da família, mas do Poder Público. Vejo que muitas das organizações sociais, conselhos tutelares, quando precisam de ter o próximo respaldo, a próxima atuação não consegue ter atuação porque o outro serviço também não está comportando com aquilo que precisa ser feito.

E, aí, quando a gente fala sobre equipamentos de serviços de proteção básica, CCA, Cedesp, aqueles que fazem ainda a medida socioeducativa. O outro serviço que foi falado aqui para o Centro Escola, para o CCI, enfim, os projetos. E aí vou dizer, Vereador Bezerra, com quem converso muito, porque quando cheguei aqui o Vereador Bezerra foi uma das pessoas que me receberam, então conversávamos muito. E aqui, na Câmara, quando ele volta também. Você sabe que eu fui atendida em CCA, o antigo Ozem, então, para mim, Vereador Bezerra, foi muito importante na minha vida participar, fazer atuação de teatro, música, dança, e depois eu gostei tanto do negócio que fui ser educadora social.

Então, inicio a minha vida em Sapopemba, no Cedeca, não sei se temos aqui representação do Cedeca, mas inicio lá desde a primeira articulação. Então, vejo o quanto esses serviços foram extremamente importantes na vida, não só minha, mas de muitas

peessoas que estavam ali no entorno. Quem foi para o CCA, antigo Ozem, teve a sua profissão e hoje são pessoas que atuam em diversas áreas. Os que não conseguiram entrar, porque não tinha vaga naquele período, infelizmente, perdemos no meio do caminho.

Então são serviços que fazem a diferença. E ressalto, como já foi falado aqui, o Circo Escola é uma demanda que pegou a Cidade e é muito simbólica. Estive lá recentemente numa atividade que fui com um companheiro da região, e hoje vemos aquele espaço com muita luta, tem o segurança, mas foi com muita luta que se conseguiu colocar segurança, porque se não tivesse já estava terra arrasada. E precisa ser feito imediatamente, precisa pensar no orçamento, sei que já falou sobre ele, mas precisamos ter ali essa atuação simbólica.

Também quero falar sobre os conselhos tutelares, Claudia, amiga, vou contar que estou andando nesses conselhos, acho que o Vereador Jair também. Para mim é inadmissível, por exemplo, conseguir compreender por que o Conselho Tutelar, que estava numa articulação na Secretaria de Subprefeituras e com todas as dificuldades que tinham, ainda assim quando precisavam de folha de sulfite, que é o básico, chegavam na Secretaria de Subprefeituras e já levavam o material de escritório. Claudia, não consigo compreender, em período de pandemia, por que uma auxiliar de limpeza tem de fazer, Vereador Bezerra, três conselhos tutelares e de ônibus.

- Manifestação do público.

A SRA. JULIANA CARDOSO – E tem aqueles que fazem quatro conselhos de ônibus. Então, se estamos vivendo num momento de calamidade, em que as pessoas têm que cuidar da limpeza em primeira hora, onde é que essas senhoras e senhores que saem de um conselho e vão para outro, e os conselhos não são perto, e as instituições que fazem o convênio com as empresas estão subumanas, quando não, deixam de pagar não só as de segurança, como de conselheiros.

Outra coisa, muitos conselhos estão em lugares públicos e como a pessoa da limpeza tem de fazer três a quatro conselhos por dia e se é em espaço público, como

consegue fazer a limpeza do lado de fora. E quando tem mato? Quando era da Subprefeitura, eles falavam com o Subprefeito: estou precisando fazer a limpeza. Vinha na próxima semana, ou mais tardar de 15 a 20 dias, mas vinha. Hoje se for pedir para a Subprefeitura, falam: se vira com a Secretaria que tem dinheiro.

- Manifestação do público.

A SRA. JULIANA CARDOSO – Outra coisa, Claudia, por que cada conselheiro tem muitos conselhos na Cidade? Estão lá os contratos, isso é muito grave, estou pedindo uma reunião com o Prefeito para falar sobre conselhos tutelares, porque é muito grave. Está escrito no orçamento, denominado, vamos comprar tantos computadores, café, máquina de café, material de escritório, e uns nunca chegaram, e fala a quantidade que tem ali. Por exemplo, computadores, ninguém me falou, eu que fui lá e vi. Aí pegamos compra de computador novo e chegamos para a Secretaria e para os conselhos tutelares...

- Manifestação do público.

A SRA. JULIANA CARDOSO – Só um minuto, porque tenho pouco tempo para falar. E chega lá nos conselhos tutelares os computadores que estavam na Secretaria e, detalhe, velhos e usados. E não tiveram nem a capacidade de fazer a limpeza dos computadores, as informações que estão lá na Secretaria vão todas para os computadores velhos que chegaram nos conselhos. Isso é muito grave. E isso precisamos falar aqui.

Precisamos de tirar do orçamento ainda este ano, eu sou daquelas que entendo que a Secretaria tem de ter orçamento, mas acho que a Secretaria tinha que devolver para a Secretaria de Subprefeituras a atuação dos conselhos tutelares, porque queira ou não, são as subprefeituras que conseguem dar o respaldo para os conselhos. A Secretaria é absurdamente nesse recurso financeiro que temos, as pessoas têm de pegar para a gasolina, com esse Bolsonaro desgraçado, genocida, coloca o valor da gasolina para as pessoas saírem lá do fundão ou do Centro, para irem lá na Secretaria para pegar uma resma de folha de sulfite. Não tem condição.

Então, eu tenho feito e falado para os conselheiros, vão para a guerra, tirem o

orçamento da Secretaria de Direitos Humanos e que volte para a Secretaria de Subprefeituras, mas com um orçamento que, por fim, tenha de verdade a dignidade dos conselheiros, principalmente na relação de salário que está muito defasado. E não só para os conselheiros, mas para os servidores públicos.

Pronto, passei os conselhos. Vou correndo, assessoria, não vou conseguir fazer tudo, vou no toque aqui, eles fizeram um resumão para eu poder falar, porque as políticas públicas da cidade de São Paulo também estão muito difíceis, e temos de falar sobre a resolução do Comas. Sou favorável à resolução do Comas, porque é posto ali para ampliar a verba de SMADS em um milhão e seiscentos e cinquenta e nove mil reais, e esse orçamento no sentido de que precisamos de ter mais de 300 milhões na média. E vou falar um pouco sobre o porquê.

Orçamento dentro da pasta de Assistência Social, merece também a atenção do orçamento especificamente dos serviços que atendem as mulheres vítimas de violência dentro da assistência social. Há mais de um ano consecutivo a pasta indica que não é liquidado, nesse ano o total liquidado significa 84,3% do orçamento previsto em 2021, sendo um período que precisamos ter essa atuação.

Tínhamos uma previsão, Secretário, de um CDCM para Ermelino Matarazzo, que já está previsto meio milhão de reais para a implantação dos serviços para este ano de 2021, mas não foi implantado, não saiu do papel. Então preciso saber qual a justificativa, sei que está chegando agora, mas a equipe está lá, então pode resolver porque não está aberto. Para o ano que vem há um ligeiro aumento no orçamento de manutenção e operação de serviços para as mulheres. Isso é muito bom, são 10,6 milhões de reais e um aumento de 2,3% em relação ao ano passado. Mas esse aumento, vemos o estudo da Bancada, que não está prevendo ampliação de equipamento na Cidade. Agora, mulheres LGBT na pasta de Direitos Humanos, apesar da previsão do aumento de recursos para os direitos humanos, que está colocado aqui pelas duas políticas, sofreram reduções.

Então eu quero saber por que, nesse momento em que a gente tem que fazer uma

atuação com as mulheres, a comunidade LGBTQIA+; em especial, com as pessoas transexuais, a gestão do Ricardo Nunes está propondo uma diminuição do orçamento dessas políticas. Há o aumento em outras ações, mas nas outras que são importantes e que já têm orçamento está sendo diminuído o orçamento.

Essa opção parece mostrar que a gestão não está fazendo o enfrentamento real para a violência e assistência ao acolhimento de vítimas de violência de gênero LGBTfobia na cidade de São Paulo.

Quero falar um pouco sobre a questão da Casa da Mulher Brasileira. Eu fui lá esses dias, fui muito bem recebida, fiquei muito emocionada, porque é um serviço que foi da gestão da Presidenta Dilma e está sendo executado. E foi com muita força que a gente teve que ocupar aquele espaço para poder sair de vez do papel, já que o prédio estava pronto.

Fiquei muito surpreendida, ou melhor, não fiquei surpreendida, não é essa palavra, porque quem vê Bolsonaro já sabia que não está colocando recurso do Governo Federal para o atendimento da Casa, por isso teve que fazer uma atuação intensa das Secretarias, Prefeito, principalmente movimentos de mulheres, para falar assim: “Olha, estamos aqui. Não vai colocar recurso?” E eu acho que ele não colocou, a ponto de a Secretaria terá que colocar dinheiro do Tesouro Municipal para fazer o atendimento dessa Casa, sendo que tem recurso do Governo Federal para entrar e não entrou.

Tem muita coisa para ser falada, mas as conclusões são as seguintes: Observando que os valores dos orçamentos dos anos de 2021 e 2022, verifica-se o aumento sim no orçamento, porém esse aumento se deve a diminuição e a não inclusão de valores em determinadas políticas públicas. Isso ocorre principalmente na área de direitos humanos.

Na assistência social, verifica-se na diminuição de ausência dos recursos de serviços como: ampliação, reforma, requalificação de equipamentos de assistência social, ampliação e reforma da requalificação de equipamentos e serviços de proteção social básica, mas acima de tudo também não está visualizando aquilo que está sendo gasto e as necessidades que estão sendo gastas para esses serviços, para poderem ser atendidos.

Também a manutenção e operação de equipamentos de proteção social especial a adolescentes, medidas socioeducativas, manutenção e operação de centro de referência proteção e defesa de direitos humanos e política de programas para criança e adolescente, que reduziu de R\$ 1,4 milhões para um pouco mais de R\$ 600 mil, quer dizer, mais que a metade.

Já em direitos humanos, a planilha demonstra que foram diminuídos e não tem previsão de recursos na seguinte políticas: políticas de programas e ações para população LGBT; construção da Casa da Mulher na Subprefeitura de Pirituba e Jaraguá, como já está sendo colocado; políticas e programas de ações de promoção de igualdade racial.

Também é urgente ressaltar a necessidade de garantirmos os maiores recursos para os Conselheiros Tutelares. Isso é fundamental para priorizarmos e garantimos a prioridade absoluta para que a criança e adolescente.

Enfim, de fato, não há ampliação de recursos em algumas políticas e várias outras tiveram recursos reduzidos. A lógica dessa gestão é de cortar, cortar, cortar importantes serviços e essa hora é que vemos a teoria do discurso e de estar com aqueles que mais precisam e confirmam e fazem a diferença no serviço público, entendendo que somente com recursos financeiros podemos fazer, de fato, a inclusão social. Sem isso, nós estaremos excluídos, retirados da política pública, porque é necessário nesse momento o povo estar incluído nesse orçamento, na maior crise ambiental, social e política que nós estamos vivendo.

Por isso, Prefeito Ricardo Nunes, Srs. Secretários, o investimento é agora, porque o orçamento cresceu. Não adianta dizer no discurso e, em tempos de dezembro, só executar 54% de algumas políticas de orçamento na Cidade.

Obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Jair Tatto) – Parabéns, Juliana. Eu calculo que aqui tem umas 20 pessoas para falar, mas vou tentar seguir aqui, porque depois preciso passar uma informação com os Secretários e as Secretárias.

Tem a palavra a Sra. Maria Izabel Panther.

A SRA. MARIA IZABEL PANTHER – Obrigada. Sou assessora da Vereadora Erika Hilton, peço licença aos mais velhos e aos mais novos e licença também ao Sr. Presidente. Eu vim aqui basicamente falar que o nosso mandato tem recebido demandas da assistência social desde o início. Nós estamos acompanhando várias pessoas com fome, sem acolhimento, são muitas coisas mesmo; então, nós estamos indicando algumas demandas para que os Secretários deem mais ênfase, uma atenção maior.

Ontem, como disse o Vereador Suplicy, nós estivemos com a Vereadora Erika Hilton e com a Vereadora Caroline Lara na praça da Sé e ali as pessoas querem um lugar para dormir, um acolhimento. Então, eu acho que o acolhimento, um local onde as pessoas possam dormir é importante, mas que essas vagas sejam fixas, porque não adianta ficar num ciclo em que a pessoa vai e não consegue comer, não consegue dormir, não consegue tomar banho.

Então, também seria muito importante para o mandato da Vereadora Erika Hilton que esses centros de acolhimento saíssem realmente do papel, porque é muito importante que as pessoas tenham onde tomar banho, tenham onde comer e principalmente se informar. A informação na praça da Sé não está chegando.

A alimentação também é superimportante, a alimentação está somente para as pessoas que vão. Tinha uma galera que estava doando na Nossa Senhora da Conceição, de uma paróquia, e aquela senhora falou: “Mil marmitas. E quando acaba ainda tem mais muitas e muitas pessoas atrás de comida na praça da Sé”, porque saem pessoas de outros lugares e porque tem uma questão de fome muito grande na cidade de São Paulo.

Eu agradeço o espaço e preciso dizer que a Prefeitura precisa dar uma ênfase também para o acolhimento das pessoas trans, para as pessoas LGBT, que estão todas sem um local, porque 60 vagas e com um aumento de mais 30 não é o suficiente.

Muito obrigada

O SR. PRESIDENTE (Jair Tatto) - Obrigada. Tem a palavra o Sr. Fabio Siqueira, presencial.

Eu tenho o compromisso de liberar os Secretários e as Secretárias às 13h. Vamos observar que rigorosamente estavam aqui as 10 horas, então eu tenho esse compromisso. E eles terão deixado o adjunto, chefe de gabinete, e não há prejuízo em absolutamente nada das respostas.

O SR. FABIO SIQUEIRA – Obrigado, Vereador Jair Tatto, Vereadora Juliana Cardoso, Secretária Ana, Secretário Vereador Bezerra; em especial cumprimento a população paulistana aqui presente, conselheiros, conselheiras, dessa área muito importante que cuida do ser humano, da Secretaria mais importante que cuida de pessoas do Município de São Paulo, paulistanos, paulistanas.

Infelizmente, como estou lendo aqui no Orçamento, cuidam muito mal. É com tristeza que a gente analisa esse orçamento e vê a situação lamentável deste governo Bruno Covas e agora Ricardo Nunes. A começar de um assunto como o idoso, a população idosa, que parece que desapareceu destas secretarias, porque a gente não fala mais da população acima de 60 anos.

Não bastasse cassarem os direitos de mobilidade, o passe do idoso de 60 até 64 anos, a gente lê aqui, por exemplo, que o Fundo Municipal do Idoso foi, ano passado, de R\$ 2 milhões; e nada foi executado, nenhum centavo foi liquidado desse fundo. É uma situação lamentável, é uma situação triste, uma situação covarde, com a terceira idade desta cidade.

E, neste ano de 2021, de dois milhões caiu para 253 mil reais – redução de 90%. E só executaram até outubro 81 mil reais. Quer dizer, oito mil reais por mês para dotações importantes para o Fundo Municipal do Idoso.

E também registrar que o Fumcad, no setor de criança e adolescente, também caiu, também houve redução de execução do Fumcad. E, pela projeção que temos, infelizmente, o Fumcad está neste ano com 21 milhões de reais. É uma das menores liquidações do Fumcad de todos os tempos. E a projeção que chega para dezembro é de 25 milhões. Provavelmente, deve chegar, inclusive, a menos de aproximadamente 30 milhões executados no polêmico ano passado.

Falando agora das outras pastas e dos segmentos – porque esta é uma secretaria de segmento, e, por isso, teria que ter prioridade máxima para os segmentos vulneráveis desta cidade.

Em 2019, nada foi executado da dotação para ampliação e manutenção do programa Universidade Aberta para a pessoa idosa. Infelizmente, a dotação 4331 vem sendo ignorada por esta secretaria. Em 2020, executaram seis mil reais. Lamentável. E em 2021 foram executados cinco mil reais. Ou seja, parece que não é um assunto importante a formação da população idosa desta cidade. Assim como também não é a formação das mulheres desta cidade. Políticas e programas para as mulheres em 2019: dois mil e 500 reais a execução final. Realmente é uma vergonha.

E a Secretaria da Mulher foi extinta pelo pústula João Doria Jr. em 2017.

Onde está a Secretaria da Mulher? Claro, foi para a Secretaria de Direitos Humanos, e não se executa nada do assunto mulher. (Palmas) É verdade.

A população negra também. No dia 20 não houve nem feriado, que foi antecipado. Vocês foram consultados para antecipar o feriado de Zumbi dos Palmares, herói nacional? Cadê? E a dotação foi reduzida.

Já me encaminhando para o encerramento.

Política de álcool e drogas: zero. Nada executado em 2019. Em 2020, infelizmente, a dotação do Conselho Municipal de Drogas também não foi executado. Isso é um mal exemplo. A sociedade está passando pelo vício da droga, do entorpecente, do excesso de bebida alcoólica, do tabagismo. Então não executaram essa dotação, gera problema de segurança pública, gera problema de saúde. É uma coisa gravíssima o que está se passando nesta cidade.

Por fim, pessoas com deficiência, dotação 3390 da Secretaria: nada executado em 2019.

Para terminar, política para a juventude, a nossa querida juventude: executaram 10% em 2019 – 220 mil reais.

Igualdade racial foi apenas oito mil reais apenas 2021. Oito mil reais da dotação 8417.

Acabou o feriado, acabou a secretaria da população negra. Misturam assuntos diferentes: população negra com segmento indígena. Não se fala mais da situação do indígena na cidade de São Paulo.

Álcool e drogas, 2021: 90 mil reais. Nada executado. Lamentável a política de álcool e drogas desta cidade.

E não vou falar também, que não dá mais tempo, da ampliação e requalificação de (*Ininteligível*) especial: quatro milhões. Nada executado. Dotação 5801, de 2021.

Senador Suplicy, apenas 37% do renda mínima foi executado este ano – tinha que chegar a 83%. Não chegou nem à metade a execução do renda mínima.

É isso. Muito obrigado. (Palmas)

O SR. PRESIDENTE (Jair Tatto) – Três minutos, Anderson, rigorosamente.

O SR. ANDERSON LOPES MIRANDA – Bom dia a todos, a todas e a todes.

As pessoas falam: “Não, dinheiro não falta. Dinheiro tem. Dinheiro tem”. Eu fico muito chateado.

Eu sou o Anderson Miranda, do Movimento Nacional de Luta em Defesa da População em Situação de Rua. Peço desculpa, Vereador Jair. É porque a gente fica agoniado para falar, porque o nosso povo está lá fora, passando fome, frio. E o senhor sabe disso, porque o senhor é vereador e sabe da luta que vocês têm encarado aqui. Quem é vereador, quem é deputado, sabe: muitas vezes, vamos bater na porta dos gabinetes, pedir socorro, porque o nosso povo está morrendo. E está morrendo mesmo. E o povo está perdendo a moradia, o povo está indo para a rua. Enquanto estamos brigando para que abram serviços, as pessoas estão perdendo a casa delas, estão perdendo a moradia e estão indo para a situação de rua.

Primeiro eu quero fazer um protesto, Vereador Carlos Bezerra: que nós impugnemos a Qualitest. Ela não presta. É uma recenseadora que não pode mais fazer o

censo na cidade de São Paulo. Ela é do Espírito Santo, ela não é de São Paulo. E ela não conhece a realidade de São Paulo.

Nós já batemos nessa tecla em 2019, quando houve o censo da população em situação de rua na cidade de São Paulo. Eu falei para a Secretária Berenice Giannella aqui na Câmara Municipal, disse a ela. Eu fui um dos recenseadores contratados da Qualitest em 2019. E as pessoas não sabem como é dificultoso.

Na Cracolândia houve duplicação do censo pela Qualitest. Não teve tablet, não teve nada. “Ah, conte assim, a dedo, e passe para nós”.

É uma empresa que está ganhando recenseamento no Brasil inteiro para enriquecer em cima da população em situação de rua.

Vamos agora falar com Brasília para impugnar. Nós já estamos pedindo a impugnação da Qualitest.

É isso que eu queria dizer, rapidamente.

Outra coisa que eu queria dizer: para muita gente, o Renda Básica Cidadã... a fala do Vereador Eduardo Suplicy não é nada, mas, para nós que vivemos a vulnerabilidade, é muito grande. Tem que aprovar o Renda Básica Cidadã, sim! Nós temos que ter o Renda Básica Cidadã, sim! Sabe, eu recebo hoje a merda do Auxílio Brasil, a porcaria do Auxílio Brasil. Caiu na minha conta 102 reais na segunda-feira. Eu não consigo sacar a porcaria do Auxílio Brasil, está preso na Caixa Econômica Federal. Muita gente fala: “Ah, não, com o Auxílio Brasil”. Mas vá lá sacar o Auxílio Brasil. Quem tem fome tem pressa.

O Renda Mínima, que foi dado aqui o ano passado, resolveu o problema de muitas famílias. Eu moro na Cidade Tiradentes, eu estou com cinco prestações do CDHU para pagar. Aí as pessoas ficam rindo: “Não, porque tem isso”. Hoje, é o CCA, é o CCInter que ajuda a gente. Chega cesta básica na minha casa, sim, por causa do CCInter, que entrega às minhas filhas. Chega ovo. E agora não está chegando mais, porque nem ovo não está mais conseguindo comprar. A galinha está botando ouro. A galinha está ficando com os ovos de ouro, Vereador Jair. (Palmas) Então nem ovo estamos mais conseguindo comprar. Eu estou

preocupado.

Sábado, Vereador Jair, o Vereador Suplicy fez um relato muito importante junto com a Vereadora Erika Hilton. Vereador Carlos Bezerra, sábado, nove horas da noite, eu andando na Praça da Sé, eu chorei muito. Eu quase liguei para o senhor. Eu não liguei.

As pessoas estão rindo, mas é verdade.

A perua da Assistência só acolheu duas pessoas. Vinte pessoas correndo atrás da perua e quase batendo nos agentes, e não conseguiram vagam, sábado, nove horas da noite.

Eu ainda tentei correr atrás da perua. Eles curvaram a Catedral e foram numa truculência. E nós temos acompanhado isso.

O Prefeito fala: Atende. Atende. Atende. As pessoas estão morrendo de fome, gente.

Eu moro na Cidade Tiradentes, e não tem um Serviço de Acolhimento da Assistência Social da Cidade Tiradentes. Tudo terceirizou ou jogou o Seas regional. E quando você regionaliza, você bota três regiões numa só. E aquele profissional, Carlos Bezerra, que tem que atender um bairro só atende três bairros. É aquilo que a Juliana Cardoso falou: quando uma profissional vai fazer a limpeza, e ela tem que fazer três limpezas em três lugares, imagine o agente social ter que ir para três, quatro lugares.

Nós temos um bilhão de reais no Fundo de Assistência Social. Cobrem do Comas. Vamos para cima do Conselho Municipal, para que as coisas sejam aprovadas.

Eu fui conselheiro nacional, fui da comissão de finanças e fui da comissão de política. E vou voltar o ano que vem, graças ao apoio de amigos. (Palmas)

O SR. PRESIDENTE (Jair Tatto) – Obrigado!

O SR. ANDERSON LOPES MIRANDA – Pare! Deixe eu vender o meu peixe.

Eu estou vendendo revista *Ocas*, quem quiser comprar, para eu ir embora para casa. Tá bom? Oito reais! Obrigado! (Palmas)

O SR. PRESIDENTE (Jair Tatto) – Então, vamos. De verdade, eu vou liberar o Secretário.

- Manifestações da plateia.

O SR. PRESIDENTE (Jair Tatto) – Vai lá, Márcia.

Sim, será liberado, imediatamente, conforme eu prometi. E tenho encaminhamentos a dar, calma. Aqui a gente se entende.

A SRA. MÁRCIA – Boa tarde a todos. Meu nome é Márcia. Eu fui servidora de SMADS durante 37 anos. Hoje estou aposentada e continuo na luta.

A primeira coisa que quero dizer é que quero parabenizar a comunidade do Butantã, porque esse é o verdadeiro controle social da política. Realmente, quando a gente participa das audiências públicas e pressiona o Governo naquilo que falta na sua comunidade. Hoje vocês fizeram toda a diferença aqui. Quiçá a cidade fosse toda do jeito de vocês.

A segunda coisa são algumas considerações: do mesmo jeito que a limpeza do Conselho Tutelar fica rodando igual um peru, desculpe-me, com todo respeito que tenho a esses profissionais, porque é uma falta de respeito fazer com que ela vá em quatro lugares ao mesmo tempo, eu queria alertar ao Sr. Secretário que nos CRASs e CREASs nada disso se modifica. A limpeza fica correndo de um lado para o outro. Presta atenção, Bezerra, porque eu vou te falar muita coisa aqui. Eu gostaria que você providenciasse.

- Fala fora do microfone.

A SRA. MÁRCIA – Então, eu vou repetir: do mesmo jeito que o pessoal de limpeza do Conselho Tutelar fica rodando nos vários Conselhos, dentro dos CRASs e CREASs é a mesma coisa. O profissional de limpeza vai de um CRAS para o outro CRASs ou para CREASs, fazendo a mesma dinâmica que tem no Conselho Tutelar. É a primeira coisa que eu queria ressaltar.

E limpeza em CRAS, onde se atende mais de 300 pessoas por dia, não dá para ficar dividindo pessoa de limpeza com outro CRAS, tem que ter um profissional fixo para fazer o trabalho que precisa. (Palmas). Isso é desumano.

Aqui foi falado da questão da distribuição da alimentação nas comunidades. A cozinha solidária foi dita pelo Nunes que vai até dezembro. Eu faço uma pergunta a vocês: a

pandemia não acabou. A pandemia da fome porque a pandemia da vacina já foi, mas a da fome que está vindo aí e que está brava, essa vai perdurar por um ou dois anos. Então, eu queria saber o que vocês vão fazer? Vocês vão terminar com a cozinha solidária que distribui milhares de marmitas?

Terceiro: a questão da população que está nas ruas, o Anderson falou muito bem. Existe a população que já está na rua há algum tempo e a população que caiu na rua. São famílias que não podem mais pagar o aluguel. E quando você vai para a Secretaria de Habitação, tem um Bolsa Aluguel de 400 reais que não paga nem um quarto aqui no centro. Faz 15 anos que é 400 reais. Gente, o aluguel muda; só não muda para a Prefeitura. A primeira coisa que é preciso fazer é um acordo com a Secretaria de Habitação para mudar o Bolsa Aluguel, inclusive, para tirar a população de rua e as pessoas que caíram na rua.

Aliás, acho que não é só habitação, é trabalho, habitação, saúde e assistência social. É nesse quadrupé que a gente tem que atuar com a política de população de rua.

Mulheres, então, nem digo mais nada. As mulheres sofreram um decréscimo no seu atendimento em plena pandemia. Foi um absurdo a gente acompanhando o fechamento e a privatização dos CDMs das Mulheres e toda aquela luta para que eles permanecessem e não fossem privatizados. Não sei o que acontece. É preciso verificar.

Eu queria mesmo é fazer algumas perguntas para você: um minuto só.

A primeira coisa você já respondeu que não há ampliação de serviço. Eu quero te dizer, Bezerra, que desde o início desse Governo, não do Governo anterior do Doria e do Covas, foram fechados 60 serviços de proteção básica. Isso é muito sério: são 15 mil vagas que foram fechadas.

Eu quero te perguntar - e acho que você tem que vasculhar - onde está o dinheiro? Onde foi parar o dinheiro desses 60 serviços que foram fechados e que hoje não tem para ampliar? Eles não somem; eles são rubricados; rubricado não some. Se não some, tem que aparecer. A primeira coisa que eu queria te falar é essa.

Segunda: não dá para a Secretaria permanecer do jeito que está. É o desmonte

total. Nós tínhamos 1.097 servidores em 2017; hoje, a gente tem 400. Tem CRAS que tem uma pessoa atendendo; CREAS com uma pessoa atendendo. Se faz a necessidade de um concurso público. Pergunto: está no orçamento da Prefeitura a chamada de um concurso público multiprofissional, não é só Assistente Social, a assistência social não se faz só com Assistente Social. É Pedagogo, Psicólogo, Contador, AGPP, tudo que está no quadro do Sistema Único de Assistência Social.

Por último, a última coisa que eu quero falar: a questão se está no orçamento a formação dos trabalhadores da Assistência Social. A gente teve uma escola de formação que a gestão anterior arrasou, acabou, com o espaço, nem tem mais profissional lá, e se faz necessária a formação de um Plano Municipal de Educação Permanente para todos os trabalhadores que atuam na Assistência Social. Eu quero saber se consta do orçamento esse valor. (Palmas)

O SR. PRESIDENTE (Jair Tatto) – Obrigado, Márcia.

Vou ouvir o Neto, representando o Conselho Permanente; em seguida, a Neia; depois, a despedido do Secretário e da Secretária, que vão ter representantes na mesa.

O SR. JOSÉ ANTÔNIO DE LIMA NETO – Boa tarde, quero agradecer a Mesa, o Secretário e a Secretária, por terem segurado um pouquinho para ouvirem as demandas dos Conselhos Tutelares, da importância da nossa pauta. Quem é Conselheiro aqui? Esses são os Conselheiros que estão aqui, fora os que estão na área externa e os que estão assistindo *on-line*, Vereador.

O que eu quero deixar bem claro e saber da nobre Secretária Claudia qual é o compromisso do Executivo, porque a gente já tem tido várias conversas, a questão de estrutura é uma questão prioritária, porém, avançamos um pouco além do que a nobre Vereadora colocou, inclusive, já está aportado na nossa peça orçamentária para futuros contratos essa questão, para tentar resolver ou diminuir os impactos que a gente está tendo na questão de estrutura. O que eu quero, nobre Secretária, é o compromisso do Executivo com essa classe de Conselheiros Tutelares (Palmas), sobre quando vai mandar a minuta de lei da questão da

reposição salarial. Então, eu queria ser breve nisso, em relação à Secretária de Direitos Humanos.

Segundo o Secretário de SMADS, pedir, desde já, nesta audiência, uma reunião para a gente poder dialogar conselho tutelar e assistência social, tá bom? (Palmas) Então, são essas duas pautas que eu gostaria de solicitar aqui.

O SR. CARLOS ALBERTO BEZERRA JÚNIOR - Já respondo de bate-pronto, fundamental, está aberta a porta. Claro. (Palmas)

O SR. JOSÉ ANTÔNIO DE LIMA NETO - Excelente.

Jair, eu posso pedir só para a Neia fazer um complemento, por gentileza? Pessoal, obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Jair Tatto) - Pode.

A SRA. NEIA ARANTES - Boa tarde, pessoal. Boa tarde, Mesa. Jair, você, sempre dez.

O SR. PRESIDENTE (Jair Tatto) - Obrigado. (Risos)

A SRA. NEIA ARANTES - Quero cumprimentar todos, a Juliana, a Secretária, o Secretário e todos que estão aqui. Essa luta nossa, sobre essa questão da nossa reposição salarial - acredito que a Secretaria vai dar o informe -, que o Executivo Municipal, através do Prefeito Ricardo Nunes, estivemos com o Secretário Especial de Gestão, que hoje vai despachar com o Prefeito, para trazer a nossa proposta para a Câmara Municipal, para que todos os Vereadores entendam, e os secretários, a importância desse órgão, a fundamental importância.

Nós somos eleitos, nós temos função relevante. Nós ficamos na pandemia trabalhando. Todos. Nós merecemos cada centavo em cada proposta que colocamos ali. E já para saber, viu Jair, são 16 milhões e alguma coisa.

Fora isso, a gente quer dizer o seguinte: essa luta não acontece agora. Em 2015, enquanto fui coordenadora dessa cidade, apontamos para esta Casa a necessidade de um enquadramento para os conselhos tutelares, uma remuneração mais justa. Apontamos também

a dificuldade que tínhamos lá atrás com a questão estrutural dos conselhos tutelares, inclusive hoje existe uma ação civil pública proposta por nós, lá atrás. Quero que todos saibam que essa luta não é de agora e todos que passaram têm trazido isso para a gente.

Uma outra questão bem fundamental é que aguardamos que o Prefeito encaminhe urgentemente esse PL para a Casa, que atenda a nossa necessidade, porque o que estamos pedindo é mais do que mérito, é o mínimo, tamanha a nossa relevância e o nosso trabalho, enquanto defesa de criança e adolescente na cidade de São Paulo.

Agora, para terminar, Jairzinho, presta atenção: SMADS. Secretário, muito prazer em conhecê-lo.

O SR. CARLOS ALBERTO BEZERRA JÚNIOR - O prazer é meu.

A SRA. NEIA ARANTES - Ficamos felizes quando mudou o quadro, porque a gente quer essa abertura e esse diálogo. Não dá mais para a cidade de São Paulo ter 260 conselheiros tutelares fazendo o papel da assistência, executando o serviço da assistência social na cidade de São Paulo. (Palmas)

O SR. PRESIDENTE (Jair Tatto) - Obrigado.

A SRA. NEIA ARANTES - Calma, querido, já estou terminando. Queremos dizer mais uma coisa, até para a gente levar para a pauta, porque acreditamos que precisamos de uma reunião e o Neto já pediu. É o seguinte: aqui a gente está para construir, para trazer à cidade de São Paulo, ao Executivo Municipal, a essa Casa, a responsabilidade de proteção da criança e adolescente.

As perguntinhas são básicas, rapidinho, Jair, um minutinho. Qual vai ser o impacto do orçamento na redução do orçamento federal? Secretário, o senhor falou disso, principalmente na questão das políticas sociais. Temos a Lei 13.431, de 2017, e o Decreto 9.603, de 2018, que fala dessa questão da atenção básica. Por quê? Porque tem de dar condições para a família assumir a responsabilidade, e a necessidade de criar, assistir e educar os seus filhos. E nós precisamos disso onde? Na proteção básica.

Mais uma coisinha, rapidinho, Jair. Estou correndo, o Secretário está tão

empolgado aqui. Sabemos que temos pouco aporte, seja do incentivo, tanto federal, estadual ou municipal, para a questão dentro da assistência da criança e do adolescente. Onde fica a criança e o adolescente dentro do orçamento da assistência? Como tratamos da questão criança e adolescente, prioridade absoluta dentro da questão orçamentária? Nós temos criança e adolescente em situação de rua aos montes.

O SR. CARLOS ALBERTO BEZERRA JÚNIOR - Perfeito.

A SRA. NEIA ARANTES - Nós não temos serviços 24 horas atendendo a situação de violência e violação de direitos de crianças e adolescentes. Então a Lei 13.431 traz a obrigatoriedade do Executivo Municipal dentro das suas secretarias, o que? Criação de serviços 24 horas em ordenamento.

Então, Secretário, estamos aí para sentar, dialogar e buscar melhorar a condição das crianças e adolescentes nessa cidade e a nossa também, porque queremos sim a nossa reposição salarial. (Palmas)

O SR. PRESIDENTE (Jair Tatto) - Okay. Obrigado, Neia. Vou colocar rapidamente a Vereadora Juliana, os Vereadores, o Secretário e a Secretária. Está muito explícito que há dinheiro, pela minha experiência de sete anos nessa comissão. Há dinheiro e tenho convicção e tenho certeza de que aquilo que vocês apresentaram para a comissão, o nobre Relator vai acatar tudo, viu Juliana?

- Manifestação do público.

O SR. PRESIDENTE (Jair Tatto) - O Secretário colocou aqui vários equipamentos que serão acrescentados para o próximo ano. Foi muito colocado isso. A Secretária também colocou. Quanto ao aumento salarial de vocês, não tenham dúvida. Agora, é o PL que está na Casa.

Bom, Juliana, bora lá correr atrás desse PL? Pedir para o Presidente, no meio de tanta coisa, porque passa tudo. Precisamos pedir duas coisas: o 343, da cultura, e nem sei o nome, mas existe um PL. Por isso que se dá um real todo ano, é como o 001 lá... Porque senão você derruba o projeto, certo Secretário?

Então, para que ele continue tramitando, nós, Vereadores e Vereadoras, temos de aprovar um real que seja de aumento todo ano.

- Manifestação fora do microfone.

O SR. PRESIDENTE (Jair Tatto) - Não, é porque em 2016 foi o último reajuste.

- Manifestação fora do microfone.

O SR. PRESIDENTE (Jair Tatto) - Dos conselheiros tutelares. Eles ganham dois mil e quatrocentos reais, é muito pouco pelo que vocês passam. Isso está registrado. (Palmas) É uma tarefa dura. Então, isso é compromisso, não do Presidente, desta comissão, valores no orçamento para pagar o que for discutido, o que for apresentado. O que conseguirmos dentro desse PL será garantido no orçamento.

Então, Secretário, você pode se despedir, conforme eu combinei.

- Manifestações do público.

O SR. PRESIDENTE (Jair Tatto) - Bora, bora, bora, vamos seguindo.

- Manifestação fora do microfone.

O SR. PRESIDENTE (Jair Tatto) - Tudo entra dentro do PL. Tudo está dentro do PL.

O SR. CARLOS ALBERTO BEZERRA JÚNIOR - Qual é o nome dela mesmo?

O SR. PRESIDENTE (Jair Tatto) - Neia.

O SR. CARLOS ALBERTO BEZERRA JÚNIOR - Bom, gente, infelizmente, tanto eu, quanto a Claudia, só iremos sair pelo fato de que temos agendas que estavam previamente marcadas e havia um teto do horário da reunião. Mas, quero dizer que a reunião foi muito produtiva. Esse tipo de reunião de fato agrega muito, traz muitos valores. É muito importante para nós podermos ouvir as demandas de quem está na ponta, ouvir as angústias, os anseios, enfim.

Eu até estava comentando com a Vereadora Juliana e com o Vereador Jair, quer dizer, há uma demanda represada. Acho que também em virtude do momento que a gente viveu de pandemia, a dificuldade para os próximos encontros, a dificuldade que havia para se

encontrar, para falar, para ter essas plenárias e isso parece que vai represando ainda mais. E, agora, há a possibilidade de ter de novo as plenárias e poder dialogar, poder falar, quer dizer, também há esse espaço para de alguma maneira haja a catarse e todo mundo falar.

Quero dizer para vocês que eu não tenho nenhuma dificuldade com isso. Sou parlamentar por vocação, estou no Executivo, estou acostumado, gosto do bom debate. Não tenho nenhuma dificuldade com a divergência e sei construir convergências no espaço das divergências. A divergência respeitosa, a tensão respeitosa é sempre um ambiente onde conseguimos construir algo positivo para a população.

E, a partir disso, queria dizer algumas coisas que ouvi aqui. Anderson, queria só dizer uma coisa para você, sobre o que falou do que aconteceu. Quero dizer para você o seguinte: você tem o meu telefone. Numa situação como aquela, pega o meu telefone, não hesite, ligue para mim. É um absurdo o que aconteceu. Você tem o meu telefone, me ligue, não tem nenhum problema. É um absurdo o que aconteceu, é inaceitável. Isso não pode se repetir, isso não pode se repetir, espero que isso, de verdade, seja uma exceção, espero de verdade que seja uma exceção, isso não pode se repetir.

Várias outras questões foram colocadas, a Márcia colocou algumas questões que também me preocupam, a própria questão do espaço. Nós temos um recurso voltado para reforma completa do espaço, e quero trabalhar sim na qualificação e na capacitação continuada. Precisamos dos aportes de vocês, precisamos da crítica qualificada de vocês, queremos fazer isso sim, sabemos da importância disso. Têm várias questões, há várias coisas que estão previstas, por exemplo, a implantação de plataforma virtual de aprendizagem, edital de credenciamento para formadores especializados, digitalização e catalogação do acervo do Cecoas e várias outras coisas que estamos trabalhando, tudo isso está previsto.

Outra coisa, falaram da limpeza. Está previsto o aditamento no termo de referência de aproximadamente 1,4 milhão, que está na previsão para a melhoria na qualidade dos serviços de limpeza. Quer dizer, a gente está de olho nisso. A gente está com atenção nas coisas que estão acontecendo. Não é à toa - e eu estava dizendo pra Juliana - que, de

maneira inédita, isso nunca aconteceu, nós antecipamos o reajuste que deveria acontecer o ano que vem. Antecipamos para antecipar os problemas. O Prefeito, o Ricardo Nunes, é um cara ligado às entidades, sabe das dificuldades das entidades, ele sabe a dificuldade de esperar janeiro, fevereiro ou março para o reajuste. Então, ele foi extremamente sensível, a hora que eu coloquei na mesa e falei: escuta, é importante que façamos agora, a situação é completamente diferente, a conjuntura é diferente.

Há previsão imediata de contratação de assistentes sociais por concurso, se não me engano, para eu não errar o número, são 87 assistentes sociais que serão...

- Manifestação fora do microfone.

O SR. CARLOS ALBERTO BEZERRA JÚNIOR – Okay, é pouco, a demanda é maior? Mas são concursadas, nós estamos fazendo a contratação, ou seja, nós estamos avançando.

E sobre a questão dos conselheiros tutelares - eu aqui vou meter a minha colher em algo, não quero ser invasivo - mas quero dizer a vocês que sou absolutamente favorável ao pleito salarial. Estamos fechados nisso. Sou absolutamente favorável à questão da melhoria estrutural das condições de trabalho, sei das condições de trabalho de vocês.

Agora, gente, nós precisamos imediatamente – e essas são questões importantes, fundamentais, eu também sou militante histórico na luta e na defesa das questões ligadas aos direitos das crianças e dos adolescentes – mexer com processos de fundo que precisam ser enfrentados nesta Casa pelos Vereadores e por vocês. Como, por exemplo, a qualificação do processo eleitoral de escolha dos conselheiros tutelares. Gente, não dá mais para aceitarmos conselheiro tutelar cabo eleitoral de luxo de Vereador! Não dá mais para aceitarmos conselheiro tutelar como cabide de emprego! (Palmas.)

Isso, não dá mais para aceitar. Sabe por que fica difícil fazer a luta por melhores condições salariais para os conselheiros tutelares? Pela baixa qualificação de muitos conselheiros tutelares e sabem por quê? Porque têm conselheiros tutelares que se colocam como conselheiros tutelares e não tem a menor proximidade...

- Manifestação fora do microfone.

O SR. CARLOS ALBERTO BEZERRA JÚNIOR – Espere só um minuto, não estou dizendo que são todos, não estou generalizando, estou falando do que vocês sabem, não estou falando de vocês, estou falando aquilo que vocês sabem. Estou falando de conselheiros tutelares que não tem sequer familiaridade com o tema, gente que não tem a menor ideia do que são os direitos da criança e do adolescente, pasmem! Vocês sabem do que eu estou falando, gente que não conhece o ECA, pasmem, gente que é contra o ECA. Estou falando algum absurdo?

- Manifestações do público.

O SR. CARLOS ALBERTO BEZERRA JÚNIOR – Pasmem, gente que é contra a luta histórica do ECA, gente que é favorável à redução da maioria penal! Sabem por quê? Porque as questões de fundo não são enfrentadas e têm duas questões de fundo que precisam ser enfrentadas: a qualificação do processo eleitoral, do processo de escolha dos conselheiros tutelares; e a capacitação continuada dos conselheiros tutelares. (Palmas.)

Então, gente, só quero dizer para vocês o seguinte: a Amélia falou para mim sobre a possibilidade de uma agenda, vocês têm em SMADS não apenas um aliado, aliás, nós teremos – em sendo aliados na causa da criança e do adolescente – momentos de divergência e momentos de convergência, sabendo que existe algo muito maior que nos une, mas haverá momentos de convergência e de divergência respeitosa. Mas saibam que em SMADS vocês terão portas abertas e continua disposição ao diálogo, à escuta e à construção coletiva e partilhada. Esse é o meu compromisso, é o compromisso da gestão do Prefeito Ricardo Nunes, e está aqui assumido.

Eu vou deixar vocês, vai assumir o meu adjunto, Décio. Só vou deixar vocês porque se não, não vou conseguir tocar a minha agenda, já perdi o meu almoço, não tem problema, mas eu quero agradecer o Presidente Jair Tatto pela possibilidade, pela oportunidade de estar aqui, de retornar à Casa. Agradecer também a participação e a acolhida da Vereadora Juliana Cardoso, companheira de tantos anos, tenho o maior respeito, o maior carinho pela Ju, lá as

portas também estão abertas. Aliás, temos de discutir juntos um projeto que eu sou coautor, somos autores juntos, o PL 253, vamos encontrar os caminhos para aprová-lo. Enquanto eu estava aqui, nós sambamos para aprová-lo nas Comissões.

Estamos juntos na luta, permanecemos juntos. Devo dizer, reafirmar a vocês esses compromissos todos.

Contem comigo, contem comigo na luta e naquilo que estiver ao meu alcance, de verdade, com relação aos temas ligados à Assistência Desenvolvimento Social na Cidade.

Estamos juntos! Um abraço a todos. (Palmas.)

O SR. PRESIDENTE (Jair Tatto) - Obrigado, Secretário. (Pausa) Secretária, com a palavra.

A SRA. ANA CLAUDIA CARLETTO – Boa tarde. Eu também vou ser breve, vou deixar depois as questões de encaminhamento do Vereador Sidney Cruz, ele mandou uma série de apontamentos, há alguns outros também da Vereadora Juliana Cardoso. Mas acho que o tema principal, a plateia aqui é formada basicamente por conselheiros tutelares, então vou focar nessa temática.

Primeiro, dizer que a administração dos conselhos tutelares passou para a Secretaria de Direitos Humanos em 2020. Logo em seguida, encaramos a pandemia, que foi um desafio para nós. Acho que a Vereadora Juliana foi muito feliz quando falou que todos os funcionários da Secretaria dos Direitos Humanos e da Assistência Social ficaram na linha de frente, com medo também, sem vacina, sem epi naquele primeiro momento, mas mantivemos as portas abertas para atender à população da cidade de São Paulo, e vocês também. E a gente da Secretaria soube que vocês também fizeram atendimento, também com medo, também tendo as suas famílias.

- Manifestação fora do microfone.

A SRA. ANA CLAUDIA CARLETTO – Exatamente, e perderam companheiros, nós acompanhamos.

Então quero dizer que desde 2020, quando começamos com a gestão, houve uma

série de desafios impostos. A Vereadora colocou alguns que eu acho realmente importantes.

Quando passamos da descentralidade das subprefeituras para a centralidade da Secretaria de Direitos Humanos, internamente, do ponto de vista da organização, também passamos um dobrado, também nos dedicamos para saber como poderíamos fazer para atendê-los da melhor forma. De fato, aconteceram fatos, por exemplo, não corta o mato, não entrega o sulfite, como poderíamos fazer para fazer frente a todos esses desafios e não desassisti-los em momento algum? Apesar que eu sei, houve problemas. A Vereadora trouxe a questão dos computadores, mas eu quero dizer, Vereadora, que não houve contrato de compra de computadores e foi entregue computador velho, não; não houve compra. O que a gente fez, sabendo, não houve. O que houve, o que nós estamos passando agora, é por uma compra, na verdade uma locação de computadores, aí, sim.

E por que locação? Porque quando a gente compra, se esse seu computador quebra, como é que a gente fica até trocar, até comprar outro, a morosidade do sistema, a morosidade da burocracia? Com a locação e também com o acompanhamento de técnicos, tudo isso fica muito mais célere.

Mas tudo isso para dizer: as questões administrativas são muitas. Não por menos, que pelo menos faz uns três meses... Cadê o Neto, a Neia, a Carlita, a Ariane? Então, assim, eu tenho recebido um grupo de conselheiros que sentam comigo, não é com terceiros, não é com assessor, é comigo ou com o meu chefe de gabinete, com a coordenadora de CPCA, para fazer frente a esses desafios.

E digo da questão da limpeza, Vereadora. É um desafio para a cidade de São Paulo, porque a gente tem uma resolução do TCM que proíbe que você tenha uma pessoa por posto, e sim por metragem quadrado. Esse é o nosso desafio. Nós estamos revendo o TR, meninas. Verdade? Está na mão dos conselhos tutelares para reverem junto com a Secretaria de Direitos Humanos esse TR, no sentido de a gente conseguir ampliar ou conseguir atender, porque eu também não acho justo, não. Você acha que é bonito? Você acha que eu acho legal? Eu tenho mãe, eu tenho irmão, eu tenho... Você acha que eu acho bonito você explorar

mão de obra de alguém, que seja essa auxiliar de limpeza que roda três conselhos?

Quantas vezes eu chamei a empresa de limpeza para advertir inclusive administrativamente, quando foi identificada esse tipo de situação. Porque não foi orientação nossa, de maneira alguma. Agora, temos que corrigir TR, ele está sendo corrigido, está sendo construído em conjunto com vocês.

O que eu quero dizer, para finalizar, as questões administrativas vão se encaminhar. Eu vou pedir ainda muito mais a paciência de vocês, porque eu sei que tem questão com imóvel. Nós já alteramos e já saímos de imóveis para alocar outros pelo menos uns dez ao longo deste ano. E vamos fazer muito, muito mais. Se for detectada necessidade, assim o faremos. E vou dizer mais: na Secretaria de Direitos Humanos, a gente tem como principal função, e os nossos equipamentos são isso, que é cuidar de pessoas. A gente precisa cuidar de quem cuida. Falei isso para o nosso grupo de conselheiros que estão nessas reuniões comigo: a gente precisa pensar em cuidar de quem cuida. Eu vi a Fernanda, do Conselho Tutelar da Bela Vista, ela está...

- Manifestações na plateia.

A SRA. ANA CLAUDIA CARLETTO – Está certo. Ela está, enfim, abalada também por essa questão da pandemia, porque, assim, a pandemia é atendimento, violação de direito de criança e adolescente, é tudo muito complexo. E a gente quer prestar esse apoio e conseguir da maneira... que aí eu quero que vocês tenham, e essa é a palavra que eu empenho aqui, todo o corpo técnico da Secretaria, incluindo a minha própria pessoa, a gente tem um compromisso para que os conselhos tutelares funcionem de maneira adequado.

Esse é um compromisso que quando eu atendi, quando teve a manifestação que eu atendi aquele grupo, a primeira coisa que eu falei foi isso: vocês têm a minha palavra pessoal de que eu vou fazer o que é possível para atender às demandas dos conselhos tutelares. Vocês sabem que poder público nós temos a burocracia, nós temos uma série de entraves, mas a vontade é o que demanda e é o que transforma, e vontade a gente tem.

Com relação ao andamento da questão administrativa, eu acho que é um pouco

isso. Depois o Giovani vai conseguir pontuar, colocar ponto a ponto. Mas questão da reposição salarial, que eu acho que é o que traz todos vocês aqui hoje, quando eu recebi a comissão que veio me trazer a proposta, a primeira que eu falei é que eu acho mais do que válido, mais do que digno que vocês também tenham uma reposição salarial.

Estamos trabalhando para isso. O próprio Prefeito Ricardo Nunes também tem esse compromisso. Então a gente tem que avaliar agora, tudo isso está numa parte técnica de avaliação da Secretaria de Gestão. O que passou da nossa análise, da Secretaria de Direitos Humanos, que é no que concerne ao objeto, obviamente que nós somos favoráveis. Agora a gente tem que aguardar uma análise da Secretaria de Gestão, que é quem cuida especificamente disso. E vamos encaminhar para ver como que isso chega aqui na Câmara; obviamente no formato de um projeto de lei, e aí trabalhar junto com os vereadores para que ele seja aprovado.

Mas, assim, da Secretaria de Direitos Humanos eu quero que vocês tenham pelo menos o compromisso, saibam do nosso compromisso pelo melhor trabalho dos conselhos tutelares, porque a gente sabe que o trabalho de vocês impacta diretamente na proteção, na garantia de direitos e na dignidade das nossas crianças e adolescentes.

E tenho mais um item a acrescentar. Hoje nós lançamos, em parceria com a Coordenação de Juventude, um estudo, Vereador Presidente Jair Tatto, que mostra que a juventude, os nossos adolescentes, o quanto eles estão pesados, estão preocupados com o próprio futuro e o futuro pós-pandemia.

Então eu acho que agora a gente tem que mergulhar nas questões que estão postas, que são as políticas públicas para crianças e adolescentes da nossa cidade, como que a gente vai trabalhar pós-pandemia para que juntos a gente consiga construir uma cidade melhor. Enfrentando desafios, porque eles vão continuar, não é que eles estão resolvidos, mas tendo a coragem, a decência, a esperança de fazer o melhor pela nossa cidade.

Contem comigo, meu compromisso é esse. Vocês sabem que a porta da Secretaria está aberta, os nossos colegas também têm o meu contato e sempre estou apta a receber e a

conversar com todos e todas.

Muito obrigada. Boa tarde.

O SR. PRESIDENTE (Jair Tatto) – Obrigado. Eu considero que...

A SRA. JULIANA CARDOSO – Jair.

O SR. PRESIDENTE (Jair Tatto) – Fala, Juliana.

A SRA. JULIANA CARDOSO – Duas coisas que eu queria que a Secretária explicasse, que era a relação da redução de recursos do Orçamento para LGBTQI+ e nos serviços das mulheres.

E aproveito para dizer que a relação do auxílio-aluguel, que isso eu passei a pergunta, Secretária, que é sobre a relação do auxílio-aluguel para mulheres vítimas de violência. Primeiro, está fora do prazo, o pagamento, o auxílio de quem está recebendo não está indo no prazo. Isso acontece que tem juros para as mães que estão pagando aluguel. E, segundo, eu não vi no Orçamento, então eu não sei onde que está ali na rubrica, no orçamento da sua Secretaria...

O SR. PRESIDENTE (Jair Tatto) – Auxílio-aluguel para as vítimas de violência.

A SRA. JULIANA CARDOSO – Isso.

A SRA. ANA CLAUDIA CARLETTO – Bom, Vereadora, vamos lá. Primeiro... Segundo o que eu tenho aqui de mulheres, nós tínhamos, em 2021, R\$ 18.889.147,00; 2022, foi para 23 milhões. Então na verdade ele ampliou, não reduziu, mesmo porque aqui, como a Vereadora bem colocou também, a gente teve de prever o valor que seria o repasse do Governo Federal.

Mas - vale lembrar – a parceria do Governo Federal da Casa da Mulher Brasileira prevê dois anos de repasse federal. E de fato, para 2022, esse repasse já findaria, então deveria realmente haver um aporte no Orçamento para manutenção da Casa da Mulher Brasileira. Ele acaba refletindo aqui, até na minha exposição inicial eu disse que é um dos motivos que aumenta o orçamento de Direitos Humanos para 2022.

A SRA. JULIANA CARDOSO – Exato. Então, por causa disso, que o dinheiro está

indo para a Casa da Mulher Brasileira, mas os outros equipamentos continuam. Aí tem uma redução, se você for olhar cada um dos itens.

A SRA. ANA CLAUDIA CARLETTO – Não, mas... Eu posso depois...

O SR. PRESIDENTE (Jair Tatto) – Temos o compromisso de...

- Manifestações concomitantes.

O SR. PRESIDENTE (Jair Tatto) – ...a Vereadora Juliana passar para o relator...

A SRA. ANA CLAUDIA CARLETTO – Vereadora, mas... Me passar, porque na verdade, como a gente tem os equipamentos que já funcionam de maneira... por organizações sociais, ele mantém, e na verdade a gente tem até previsão de aumento por causa de a gente passar às outras entidades, para outros equipamentos, para gerenciamento de entidades – essa era a previsão. Mas depois eu posso, Vereadora, sem prejuízo da discussão aqui, passar para a senhora por dotação orçamentária, está bom?

E das políticas LGBTI, na verdade, quando a gente encaminhou a peça para a Fazenda, eles acabaram suprimindo o valor do repasse para o Transcidadania, que é de três milhões de reais. Então de fato ele aparece um pouco reduzido, mas esse dinheiro há de ser suplementado em 2022, para que a gente chegue na margem de oito milhões, quase nove milhões de reais, para poder haver o repasse do Programa Transcidadania. Então realmente houve aí uma falha da Fazenda em suprimir aqui, mas já foi alertado e eles já estão cientes de que essa suplementação é necessária ser feita.

O SR. PRESIDENTE (Jair Tatto) – Secretária, eu sou obrigado a encerrar...

- Manifestação fora do microfone.

O SR. PRESIDENTE (Jair Tatto) – O auxílio-aluguel para mulheres vítimas...

A SRA. ANA CLAUDIA CARLETTO – O auxílio-aluguel também está previsto. Agora, eu vou verificar isso, porque quem faz o pagamento, na verdade, é o Banco do Brasil. A gente contrata o Banco do Brasil por meio de um edital de chamamento, a gente repassa o dinheiro para o Banco e o Banco do Brasil faz o repasse.

A gente...

O SR. PRESIDENTE (Jair Tatto) – Tem que ter uma rubrica específica para...

A SRA. ANA CLAUDIA CARLETTO – Mas esse dinheiro está lá. Eu posso depois passar, porque essa é uma política pública permanente, não tem como não haver previsão. Hoje a gente está com quase 900 mulheres recebendo o auxílio, então elas continuarão.

Com relação à data do pagamento, isso é uma coisa que eu vou verificar, porque o combinado seria todo dia dez. Se o Banco do Brasil não está pagando todo dia dez, a gente vai ter que ver com eles. Às vezes pode ter um pouquinho... A pessoa começou, entrou no programa agora e tem um *delay* um pouco maior para receber a primeira parcela, mas o ideal, o combinado é que haveria uma data fixa para esse recebimento.

O SR. PRESIDENTE (Jair Tatto) – Okay. Estaremos atentos a tudo isso.

Eu estou no limite, eu tenho que encerrar. Quero agradecer. Foi melhor de todas as audiências públicas, de participação e de intervenção. Infelizmente nós temos que encerrar por aqui.

Nada mais a tratar, encerrado. Obrigado a todas e a todos. E desculpem às vezes as nossas malcriações.